Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Backx, Sheila

Serviço social no Brasil : alguns apontamentos sobre historiografia e formação profissional

http://hdl.handle.net/11067/3934
https://doi.org/10.34628/smb4-x445

Metadados

Data de Publicação 2016

Resumo O ano de 2016 apresentou marcos significativos para o Serviço Social no Brasil: comemora-se 80 anos da criação do primeiro curso, 70 anos de criação da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS1) e 20 anos das Diretrizes Curriculares para o ensino do Serviço Social. Trajetória de avanços, recuos, lutas e organização que transcende qualquer limite que um artigo possa contemplar. Neste sentido, cabe aqui a primeira ressalva: foge aos objetivos destas reflexões fazer uma análise exau...

Palavras Chave Serviço social - Brasil - História

Tipo article

Revisão de Pares yes

Coleções [ULL-ISSSL] IS, n. 47-48 (2016)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-16T16:27:38Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE HISTORIOGRAFIA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Sheila Backx
Doutora em Serviço Social pela Pontificia Católica de São Paulo
Professora na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

1. Introdução

O ano de 2016 apresentou marcos significativos para o Serviço Social no Brasil: comemora-se 80 anos da criação do primeiro curso, 70 anos de criação da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS[1]) e 20 anos das Diretrizes Curriculares para o ensino do Serviço Social. Trajetória de avanços, recuos, lutas e organização que transcende qualquer limite que um artigo possa comtemplar. Neste sentido, cabe aqui a primeira ressalva: foge aos objetivos destas reflexões fazer uma análise exaustiva sobre a historiografia profissional nesta formação social[2].

Assim, o presente artigo se limita a tentar contribuir para a compreensão do passado profissional no Brasil, através da incorporação do pensamento crítico da historiografia do Serviço Social, bem como de estudos realizados em outras áreas, buscando esclarecer os mecanismos através dos quais se forjou e se reproduziu uma forma de dominação nos moldes do modo de produção capitalista, nos períodos iniciais do século passado, com ênfase nos anos posteriores a 1930; também apresenta algumas questões relativas à formação profissional e dilemas com os quais, hoje, o Serviço Social precisa se defrontar.

2. Sobre o contexto de criação dos cursos de Serviço Social

Nas formações sociais de industrialização tardia, o processo de acumulação capitalista teve de enfrentar as lutas sociais pelos direitos já conquistados pela classe trabalhadora em sociedades mais desenvolvidas, como meio de subordiná-las à lógica do capital. Face à inexistência de uma base material para a produção do consentimento, o processo de acumulação e reprodução do capital no Brasil erigiu-se baseado na exclusão dos trabalhadores do pleno exercício da cidadania liberal; essa exclusão se deu por intermédio do controle estatal e da coerção institucionalizada.

1 Em meados dos anos 1990, a então ABESS, passou a denominar-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

2 Para esse fim, indica-se a leitura de Iamamoto (1992), Iamamoto e Carvalho (1983), Netto (1992 e 2001) e Castro (1989).

De fato, durante a República Velha, o Estado desempenhou papel fundamental como agente de repressão àqueles que não se conformavam às leis do mercado de trabalho. As lutas dos trabalhadores visando à conquista de direitos sociais, políticos e civis foram respondidas não só com a prisão e deportação das lideranças anarquistas e anarcosindicalistas, mas também pelo exercício de uma violência sistemática contra os trabalhadores. O recurso mais utilizado nesse período para conformação dos trabalhadores à ordem capitalista foi tratar a questão social como "caso de polícia", uma vez que não se conseguiu reproduzir um consenso que garantisse sua própria dominação.

Iamamoto e Carvalho (1983, pp. 16-19) chamam atenção para dois elementos da prática social do patronato nesse período que se relacionaram com a implantação e desenvolvimento do Serviço Social: de um lado, a crítica à inexistência dos mecanismos de socialização do operariado (que fora da disciplina do trabalho estaria permanentemente exposto aos "riscos do meio social" e, consequentemente, fora da racionalidade do comportamento ajustado à interiorização da ordem capitalista de produção); e, de outro, o caráter da política assistencialista desenvolvida pelo empresariado no âmbito de empresas de maior porte.

Desse período (após os grandes movimentos sociais do primeiro pós-guerra) datavam o que consideram como "protoformas do Serviço Social", sendo, porém necessárias mais de duas décadas para que o Serviço Social surgisse como "conjunto de atividades legitimamente reconhecidas dentro da divisão social do trabalho" (IAMAMOTO e CARVALHO, 1983, pp. 138-142).

Roberto Bergalli (1989) afirma que qualquer projeto de dominação se constrói sobre a formulação e execução de determinadas estratégias de controle social que visam a imposição de concretos interesses sociais para o conjunto da sociedade. Por seu caráter persuasivo, toda estratégia de controle social que se põe em prática está revestida de uma grande carga ideológica que orienta seus movimentos. As estratégias de controle social têm sua base no conflito social, na medida em que visam sua pacificação sem, no entanto, alterar as bases da desigualdade a ele subjacentes. Assim, as estratégias acabam contribuindo para o acirramento do próprio conflito social. Para esse autor essas estratégias manifestam-se através de duas instâncias: informal (que compreende a religião, a educação e o direito) e a formal (que abarca a administração judicial e penitenciária, administração policial-militar, o poder médico, a psiquiatria e a assistência). É interessante notar que a assistência é indicada por vários estudiosos de diferentes formações sociais como um dos mecanismos fundamentais de extensão da dominação e de controle do conflito.

Ao estudar a assistência institucionalizada em São Paulo no período 1880-1920, Sérgio Adorno (1990) sinaliza a existência de vários mecanismos de controle social que surgiram a partir dos últimos anos do século XIX, com base na ideia de reforma social e moral dos pobres urbanos; a justificativa fundamentava-se na preocupação com a devassidão dos costumes, a indisciplina cívica e a desobediência civil, que se instaurou a partir da ruptura com a ordem

escravocrata. A rigor, a grande questão em debate eram as medidas que seriam adotadas em relação aos homens "livres", pobres, somente portadores de força de trabalho que necessariamente teria que ser vendida no mercado a fim de garantir a sobrevivência dos proprietários e da nova ordem.

Nesse contexto, a ação filantrópica (acompanhada também da intimidação policial e da sanção judiciária) desenvolvida por "reformadores sociais", se colocou como a possibilidade de "consolidação do social", na medida em que, associando-se à medicina social, passou a atuar nos aspectos que impossibilitavam e/ou dificultavam a constituição da nova ordem: o espaço urbano, os tipos humanos, os costumes e os ambientes.

Vale lembrar o movimento da Igreja Católica nesse mesmo período. Com a instauração da República, os poderes temporais da Igreja foram limitados pela ação das elites cultas da época, influenciadas pelo positivismo e pelo liberalismo. A Constituição de 1891 separou a Igreja do Estado, ficando assegurada a todas confissões religiosas a liberdade de culto e de crença; tornou obrigatório o casamento civil, extinguiu a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas, bem como interditou o Estado de cobrir as despesas da Igreja (com exceção das subvenções às obras de caridade e hospitais).

Para enfrentar tal situação, organizou-se a reação católica, cuja base de luta é a reconquista da soberania da Igreja, abalada com o fim do Império. Deveres religiosos e deveres sociais faziam parte do mesmo processo no discurso católico, que visava a incorporação de leigos com fins de formação do apostolado social. A palavra de ordem era a recristianização da sociedade enquanto missão de cada católico. A esse chamado atendeu majoritariamente o contingente feminino do laicato que assumiu a operacionalização do projeto assistencial da Igreja. A doutrina da ordem em que a Igreja fundamentava seus postulados permitia que ela não se antagonizasse ao capitalismo através de uma interpretação que vê o modo de produção capitalista destituído dos pressupostos do indivíduo liberal (VIANNA, 1978, p. 158); invocava, ainda, o imperativo ético do comunitarismo, baseado na fraternidade, na paz e no amor como a via possível de fazer alcançar a justiça social.

Além disso, a Igreja recomendava aos chefes de Estado que favorecessem as condições dos trabalhadores (com a força e a proteção das leis), garantissem as propriedades particulares, contivessem as massas insubordinadas e afastassem a corrupção dos costumes dos trabalhadores. Para a Igreja, tais medidas evitariam que os trabalhadores fossem mobilizados e cooptados por ideologias adversas que, além de despertarem "o espírito revolucionário das massas", juntamente com a apostasia religiosa eram apontadas como "óbices à recristianização".

O movimento de reação católica cresceu paulatinamente, tendo grande avanço no Rio de Janeiro, em 1921, quando D. Sebastião Leme foi nomeado Arcebispo Coadjutor, sendo possível uma estreita relação entre pensadores leigos que serviram de elemento de ligação entre a hierarquia e o povo. Destacam-se a criação da revista A Ordem (1921) e a inauguração do Centro Dom Vital (1922) - que se constituiu em fonte de luta político-ideológica, enfatizando mais a ação

do apostolado que a reflexão doutrinária. Também foram criadas, no Rio de Janeiro, a Associação das Senhoras Brasileiras (1920) e a Confederação Católica (em 1922, sendo posteriormente designada de Ação Católica Brasileira) e em São Paulo, a Liga das Senhoras Católicas (1923) - organizações que visavam à divulgação da doutrina católica social através de uma prática assistencial que, progressivamente, reclamava por uma formação específica para fazer face aos problemas sociais então enfrentados.

Em nível internacional foi criada, em 1922, a União Católica Internacional de Serviço Social, com sede na Bélgica, que reunia Escolas de Serviço Social, associações católicas de assistentes sociais e membros individuais, visando a divulgação da doutrina católica e do humanismo cristão que subsidiariam as ações profissionais. Sempre com base nos princípios doutrinários expressos nas Encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, a Igreja assumiu progressivamente um papel atuante no cenário político brasileiro.

Por intermédio de dirigentes e normativas católicas, o Cardeal D. Leme desejava que a Igreja reconquistasse sua soberania e através da criação da Liga Eleitoral Católica (LEC), mobilizou massas eleitorais em torno de suas ideias e propostas, grande parte das quais, conseguiu inserir na Constituição de 1934, após intensa luta com os educadores liberais. Essas conquistas recolocavam o ensino religioso, ainda que de forma facultativa, nas escolas públicas no horário das aulas; o retorno dos subsídios do Estado às atividades desenvolvidas pela Igreja consideradas de interesse público; a proibição expressa do divórcio e retorno do reconhecimento do casamento religioso pela lei civil. Além disso, a Igreja despertou para uma posição mais combativa pela conquista de maiores espaços na sociedade civil, mobilizando para isso sua tradição de atuação no campo social.

Na continuidade da luta em defesa dos seus privilégios ideológicos e materiais bem como pela criação de uma organização de massas (que tinha por função enquadrar os católicos e complementar a função propriamente religiosa do aparelho eclesiástico) a Igreja Católica participou do processo de emergência do Serviço Social, sendo a promotora das duas primeiras escolas brasileiras – tanto a de São Paulo (1936) como a do Rio de Janeiro (1937).

Esse contexto fez com que vários autores identificassem a criação das primeiras escolas de Serviço Social como parte da estratégia da reação católica – reação essa também determinada espacialmente, na medida em que se deu basicamente no eixo Rio-São Paulo, áreas urbanas que foram cenários de concentrações operárias e suas maiores manifestações.

Na perspectiva da historiografia profissional mais tradicional, as origens da profissão foram remetidas, prioritariamente à determinação da Igreja Católica em fazer avançar seu projeto de recristianização da sociedade, através da ampliação e modernização de seu tradicional papel na área da assistência[3].

3 A esse respeito, ver: OTTONI (1985), LIMA (1987) e os depoimentos de Helena Junqueira e Nadir Kfouri na Revista Serviço Social e Sociedade n. 12 (1983).

Evidentemente, essa visão diz respeito às próprias motivações e incentivos que as pioneiras tiveram e receberam para o ingresso nas escolas/cursos fundadas sob o patrocínio da Igreja; compreende-se que a própria reconstituição histórica da profissão esteja permeada das vivências pessoais e profissionais desse grupo e que as análises não pudessem ultrapassar determinados limites.

Contudo, o acelerado processo de industrialização e urbanização que caracterizou as primeiras décadas deste século no Brasil, associado à crescente organização do movimento operário urbano, revela que a questão social no país não poderia mais ser ignorada ou mesmo tratada apenas através de intervenções de cunho caritativo. Afinal, as duas primeiras décadas do século XX foram marcadas por contínuas lutas travadas pela classe operária em formação.

Com o período que se inaugurou em 1930, foi iniciado um processo de hegemonização do capitalismo urbano industrial, inserindo o país, na fase monopolista do capitalismo mundial. Netto (2001) chama a atenção para o fato de que o Estado historicamente sempre interferiu no processo econômico, mas, no capitalismo em sua fase monopolista, seu traço intervencionista muda funcional e estruturalmente, pois as funções políticas estatais imbricam-se organicamente com suas funções econômicas; e faz parte de suas funções preservar e controlar a força de trabalho.

A legitimidade era buscada junto às massas populares urbanas e aos setores sociais ligados à industrialização a partir de estratégias que visavam a reprodução ideológica do regime. Como bem sinaliza Luiz Werneck Vianna (1978), tratava-se da transferência para o interior do Estado da solução do impasse orgânico, institucional e político que os grupos organizados na sociedade civil foram incapazes de resolver. Tal fato conferiu ao Estado uma autonomia política, ainda que bem delimitada, pois agiu politicamente por sobre e acima das classes, mas sempre orientado pelos interesses econômico-sociais da fração burguesa industrial.

Este processo correspondeu à elaboração de uma ideologia corporativista, centrada na concepção de soberania estatal. Esta matriz não suprimiu os postulados liberais do indivíduo aquisitivo, que podiam ser compatibilizados com a regulação corporativa das classes sociais. Manteve, portanto, a parte dos direitos civis necessários à organização do modo de produção e da vida capitalista. No entanto, suprimiu a representação autônoma das vontades coletivas da sociedade civil, substituindo a soberania desta pelo monopólio estatal de regular e coibir os conflitos de classe, através da institucionalidade corporativa. Incorporando ao aparelho de Estado suas instituições representativas e desorganizando os movimentos sociais, o Estado quase controlou e reprimiu a manifestação autônoma das classes sociais.

A intervenção do Estado na sociedade civil visou reestruturar a esfera da produção e ampliar as bases para um novo modo de acumulação. Projeto que se realizou através do atendimento, ainda que parcial, de interesses contraditórios dentro e fora do bloco do poder. Nesse sentido, esclarecem-se algumas medidas

implementadas pela nova configuração estatal: o favorecimento à capitalização da grande propriedade e a defesa do monopólio da terra; o estímulo à produção agrícola para o mercado interno, diversificando a atividade agroexportadora; a promoção da industrialização, a elevação do padrão de vida dos setores médios urbanos e a "resolução" da questão social através da instauração do regime corporativo e da promulgação da legislação trabalhista.

O corporativismo proposto por esse regime se disfarçou em instrumento de colaboração entre as classes permitindo que o Estado se apresentasse como símbolo e síntese da nação configurando instituições e sujeitos sociais numa identidade política dependente e conivente com os interesses da dominação burguesa.

Desta forma, o Estado corporativista construiu uma nova identidade dos trabalhadores que, ao invés de ser definida no mercado, passou a ser objeto de regulação do Estado, através da estrutura corporativa sindical. Valendo-se de várias modalidades e instrumentos de controle social, o Estado construiu a figura do cidadão trabalhador. Não mais erigindo-a sobre o binômio criminalidade-ociosidade (como na República Velha[4]), a sustentação ideológica desse período foi elaborada a partir da concepção do trabalho como instrumento de riqueza pessoal (e/ou familiar) e da nação. A partir desse princípio, o trabalhador – "pessoa útil, laboriosa, cooperadora" – passou a constituir o ideal de cidadão que se tornaria uma pessoa humana, portadora de direitos, na medida em que trabalhava e cumpria com a obrigação cívica de levar o país ao pleno desenvolvimento.

Gomes (1988) sinaliza que o discurso político dos anos pós-1937, centrava-se na fundação de um novo Estado que se comprometeu a ser verdadeiramente nacional e humano, na medida em que sua finalidade se encontrava fora da política. Isto significava que a finalidade desse "novo" Estado voltava-se para a "promoção do bem-estar nacional e a realização do bem comum". Tal afirmação acentuava os "propósitos sociais" de um Estado que apresentava como sua marca específica o reconhecimento e o enfrentamento da questão social no Brasil.

Nessa perspectiva todas as instâncias da vida humana se constituiriam em áreas de interesse desse "novo" Estado. O discurso era o de que não só o problema do trabalho *stricto sensu* interessava ao Estado; tudo o que se referia à vida do trabalhador era questão de interesse nacional. E a família não foi deixada de lado nessa construção ideológica que dava sustentação ao regime. A concepção de família regulada, enquanto modelo normativo, foi reapropriada e redefinida no ordenamento jurídico-institucional. Nesse período evidenciou-se seu lugar na construção política da subalternidade de classe e como instrumento fundamental para a formação do povo e da nação.

Com um discurso de valorização do trabalhador como pessoa, o regime ocultou sua proposta de disciplinamento dos trabalhadores para o mercado de trabalho. Também ao definir, através de sua política social, trabalhadores e

4 Para maiores detalhes, ver Backx (1994).

não trabalhadores (fosse legislando sobre o mercado de trabalho – em especial, sobre a regulamentação do trabalho feminino e infantil – ou sobre a organização sindical; fosse elaborando propostas e programas educacionais, habitacionais, de amparo à maternidade e à infância, dentre outros), viabilizou a proletarização ativa[5] do segmento masculino adulto (OFFE, 1984, pp. 10-53).

As estratégias de controle social desse período, formais ou informais, estiveram, sem sombra de dúvida, carregadas de uma significação simbólica dissimuladora das relações sociais efetivas, produzindo e conferindo um novo sentido aos vários aspectos da vida social. O discurso produzido pelo regime, por seus aparelhos e pelos vários instrumentos de controle social revela-se como instância da prática social e ideológica. Obviamente, essa prática ideológica se fez acompanhar da prática material, sem a qual a ideologia não poderia se sustentar (POULANTZAS, 1985).

Para os fins do presente trabalho, no entanto, interessa-nos reter a dimensão político-ideológica desse período; e é sob essa ótica que procuraremos entender a emergência do Serviço Social, enquanto instrumento de controle social que participou da reprodução do modo de vida burguês, atuando em três dimensões: família, trabalho e sociabilidade dos trabalhadores urbanos.

2.1 O Serviço Social e o projecto de construção nacional do pós-1930

A partir do resultado da análise dos trabalhos de conclusão de curso apresentados por alunos de Serviço Social do Instituto Social (hoje Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ), entre 1940 e 1950, Backx (1994 e 1995) aponta que (...) o discurso (re)produzido pelo Serviço Social (bem como sua prática profissional) se articulou com outros discursos (e com outras práticas "cívicas") que também visavam a construção de um trabalhador subordinado à lógica do capital.

Tais discursos e práticas, que têm sua emergência relacionada com a implementação do modo de produção capitalista, se reproduziram para além desse período ganhando contornos e especificidades de acordo com as relações sociais em jogo em cada momento específico (BACKX, 1994, pp. 24-5). Desta forma, vale entender o lugar ocupado pela família no ideário do Serviço Social.

2.1.1 A Família Trabalhadora e o Serviço Social

A questão da família ocupava um lugar de destaque no discurso do Serviço Social que defendia um modelo de família no qual ao homem competia desempenhar o papel de provedor e à mulher a função de "alma do lar". Ratificava assim um padrão adequadamente funcional à configuração capitalista

5 Para esse autor, o fenômeno da proletarização ativa é um problema estrutural do modo de produção capitalista que se repõe constantemente e que necessita de regulação através de uma política estatal que contribuiria para integrar a força de trabalho ao mercado.

e também ao momento político autoritário então vigente.

O Serviço Social também considerava a família como "célula primordial da sociedade", situando-a como indispensável a toda e qualquer sociedade civil. Contudo, somente a família estável era reconhecida como tal. A família, enquanto "base para a estrutura de uma sociedade sadia", precisava incorporar os novos valores a ela imputados para que se pudesse alcançar a tão pretendida reforma da sociedade. Tratava-se, pois, de inculcar um novo modelo de família na qual os "cidadãos aprenderiam seus papéis sociais".

Partilhando das estratégias gestadas pelo Estado autoritário, o Serviço Social visava atingir o trabalhador através da família e esta por intermédio da mulher. A preocupação relativa à figura masculina se resumia ao desempenho de um trabalho regular, distante da rua e dos botequins, ou então, quando ocorriam episódios que revelavam não conformação à sua condição de classe. Nas poucas referências ao homem, sempre houve um esforço para avaliar o modo como a mulher desempenhou seu papel de agente reprodutor de uma ideologia que garantisse um trabalhador subordinado ao modo de produção capitalista. O Serviço Social reafirmou sistematicamente o lar como lugar da mulher, pois sem a sua presença, a família se degeneraria. Nessa concepção, a questão da estabilidade familiar dependia do conforto no lar, na medida em que garantiria a permanência do homem no mesmo.

Sobre a importância da família na construção da figura social do trabalhador, encontramos em Gramsci (1984, p. 375-413) alguns indicativos para a sua compreensão. Analisando a importância da questão sexual para o entendimento do fenômeno por ele denominado como "americanismo e fordismo", esse pensador a coloca como um aspecto fundamental da questão econômica. Afirma que a vida na indústria exige um processo de adaptação psicofísica para determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação e de costumes que não é inato, requerendo uma aprendizagem. Assim, a aparente preocupação pautada numa ideologia puritana dos industriais americanos "tipo Ford" só tem o objetivo de conservar, fora do trabalho, um determinado equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, premido pelo novo modo de produção.

Nesse processo, encontra-se também a necessidade da rígida disciplina dos instintos sexuais, o que seria feito pelo reforço do papel da família, em sentido amplo, e pela regulamentação e estabilidade das relações sexuais. Recorda esse pensador que o "abuso e irregularidade das funções sexuais é, depois do alcoolismo, o inimigo mais perigoso das energias nervosas". Desse modo, aponta Gramsci, existe possibilidade de que essas questões, bem como outras lutas "puritanas" passem a se constituir em função do próprio Estado, no sentido de preservar a força de trabalho.

Sem sombra de dúvida, podemos afirmar que a mulher da família operária constituía o alvo principal do Serviço Social, tanto por sua importância na reprodução material e ideológica da atual e futura força de trabalho, como

também pela sua relevância como trabalhadora não-assalariada reforçando, assim, a pressão para que o homem adulto vendesse sua força de trabalho no mercado.

2.1.2 O Serviço Social e a disciplinarização dos trabalhadores

Trabalho regular e família estável constituíam-se no modelo de legitimidade e reconhecimento social dos indivíduos; esse modelo foi socializado tanto pelo Estado, como pela Igreja; e de acordo com ele, o Serviço Social, em função de seu objetivo de dignificação da pessoa humana, desenvolvia uma ação "educativa" junto aos trabalhadores de inculcação de valores compatíveis com a ordem burguesa.

Nesse processo, o Serviço Social atuava na formação do trabalhador, onde até mesmo seu discurso relativo à necessidade de qualificação técnica e profissional se construía de forma subordinada à dimensão moral do ser "bom trabalhador". Assim, ao intervir na unidade familiar, isto é, na esfera extrafabril da vida dos trabalhadores urbanos, o Serviço Social, de fato, reforçava um comportamento adequado à ordem capitalista.

O trabalho era entendido como direito individual intangível que deveria ser respeitado pela sociedade por ser uma necessidade para a subsistência material e moral do indivíduo e da família. Com essa argumentação, o Serviço Social se integrava ao discurso dominante fazendo uma verdadeira apologia ao trabalho regular que era apontado como um bem, um valor em si mesmo e como um dever social, constituindo-se em obrigação para todos os membros da sociedade; reproduzia a relação entre ociosidade-pobreza e repressão, bem como outra marca distintiva do pensamento autoritário: a necessidade de "civilizar" o operariado a fim de submetê-lo ao trabalho assalariado.

Não trabalhar era entendido como atitude voluntária de falta de colaboração que se traduzia numa incapacidade política, social e econômica. Os "vadios" eram, sobretudo, ignorantes que desconheciam seus deveres e direitos. Sob a argumentação da ignorância popular como também pela sua importância como promotor da harmonia entre o capital e o trabalho, o Serviço Social reivindicava sua legitimidade na divisão sóciotécnica do trabalho, o que resultaria num aumento qualitativo e quantitativo da produção. Ao distorcer as relações sociais objetivas remetendo-as para a dimensão do comportamento individual dos membros da classe operária, o Serviço Social identificava esse segmento social como responsável e principal culpado por seu modo de vida e, também justificava sua intervenção profissional.

2.1.3 O Serviço Social e modo de vida dos trabalhadores urbanos

O processo de construção de um "novo" povo, trabalhador e patriótico não poderia ficar restrito ao âmbito da produção *stricto sensu* ou de sua reprodução

enquanto força de trabalho. Para que a construção social da figura do trabalhador assalariado pudesse lograr êxito foi necessário definir também as condições de convívio, ou melhor, definir como deveriam se dar suas relações com outros indivíduos, bem como sua ocupação e mobilidade no espaço urbano.

Evidentemente, tais questões também se inscreveram na mesma lógica de construção de uma sociedade civilizada e produtiva, tendo, porém, manifestações específicas na medida em que elas remetem à interiorização do privado. A questão da sociabilidade, no sentido proposto por este trabalho, significa abordar as formas de convívio da classe trabalhadora que se manifestavam em diferentes instâncias do cotidiano, tais como lazer, habitação, relações de vizinhança e no convívio em espaços exíguos sem fronteiras que se tornaram alvo da ação pública e da intervenção do Serviço Social.

Nesse sentido, tratar a questão da sociabilidade dos trabalhadores urbanos é admitir que a dominação se deu sobre a totalidade da vida social, com manifestações específicas para o seu aspecto não-fabril. Além da ação no âmbito familiar, as estratégias de controle social, estendiam-se à outras dimensões que constituíam o modo de vida da classe trabalhadora. Construir o trabalhador adequado ao modo de produção capitalista incluiu, pois, construir o seu modo de viver através da imposição de normas e valores para a sua família e para suas formas de convivência.

O "meio popular" era visto como um dos fatores que contribuía para a desorganização familiar, fosse pela promiscuidade, pela imoralidade, enfim, pela ignorância que, numa visão elitista, revelar-se-iam nesse ambiente. O Serviço Social se preocupava tanto com o ambiente que deveria ser construído no espaço privado do lar, como também com os espaços públicos. Nesse sentido, a rua, os locais de trabalho, as relações cotidianas entre parentes e vizinhos do núcleo familiar, constituíam-se em objeto da vigilância profissional.

Nessa lógica, defendiam a realização de atividades específicas conforme sexo e faixa etária de cada membro da família (do escotismo e dos cursos de bordado à participação em associações específicas, com vistas à integração dos quadros da Juventude Operária Católica ou à Liga Operária Católica). Para o lazer do trabalhador a solução considerada ideal era a Colônia de Férias. As folgas eram vistas como essenciais, desde que fossem aproveitadas saudavelmente junto aos seus. Apenas esse lazer domesticado teria uma perspectiva positiva. As demais formas integravam, em sua versão "negativa", as causas exógenas que determinariam a corrupção dos costumes, mas sempre favorecendo a marginalidade.

Nesse contexto, a solidariedade era valorizada desde que ocorresse nos marcos dos limites estabelecidos; extrapolados esses limites, ela passava a ser temida, na medida em que poderia degenerar numa aglutinação de forças contrárias. Daí decorria a vigilância às relações de vizinhança e ao ambiente. Assim as Vilas Comerciárias ou Habitacionais representavam, por um lado, a possibilidade de perigo eminente e, por outro, eram consideradas como a

forma ideal de moradia em função da possibilidade de educação em massa dos moradores.

Ao pretender analisar a habitação, o Serviço Social realizava uma apreciação totalizante e autoritária pela qual era descrita e julgada negativamente toda uma série de aspectos do modo de vida dos trabalhadores urbanos. Em nome da habitação eram julgados: a constituição (in)formal das famílias, as relações intrafamiliares, a delinquência juvenil etc. Em síntese, a habitação insalubre não garantia a formação de bons trabalhadores para o futuro.

Apontada como unanimemente um dos principais problemas das famílias trabalhadoras, as habitações coletivas (cortiços, casas de cômodos etc) eram consideradas como espaços que feriam princípios considerados como fundamentais: a intimidade, a separação dos sexos e das diferentes faixas etárias eram inviabilizadas nesses tipos de habitações, configurando-se como base da "ruína dos costumes". A esse compêndio de ideologia dominante, vai se acoplar outro - pleno de idealizações -, configurados no ideal do lar. Este era concebido como local de realização da dimensão humana dos indivíduos.

Para que a habitação proletária se transformasse num lar, era necessário o atendimento a algumas condições. A primeira dizia respeito ao seu aspecto físico (em boas condições de edificação, com saneamento, devidamente individualizada e bem asseada) e com número de cômodos suficientes para atender as especificidades de sexo e idade dos membros da família e às atividades de lazer. Convém ressaltar que a necessidade de segregação espacial construiu-se, no discurso do Serviço Social, a partir de dois eixos: a segregação dentro dos limites do espaço doméstico e em relação às próprias áreas da cidade. No discurso profissional, a habitação da classe trabalhadora era considerada como agravos (principalmente a edificada em áreas nobres) a um padrão estético e moral; ou seja, os "pobres" estavam fora do seu "lugar", importunando com seus modos de vida o olhar de um "outro" que além de desconhecê-los, não desejava fazê-lo. Simplesmente desejava, como dizia Engels, enquanto burguesia, progredir "na arte de esconder a miséria da classe operária".

2.2 Sobre as primeiras escolas

A modernização periférica do país exige uma configuração específica do sistema educacional; para Romanelli (1991), nesse período, sua característica foi a remodelação do ensino, objetivando o treinamento e a qualificação da força de trabalho, ao invés de voltar-se para a formação de pesquisadores e o desenvolvimento efetivo de pesquisa aplicada. Não foi por acaso, que o período 1930-1937 foi marcado por intensa disputa entre diferentes projetos educacionais, com diferentes matizes[6]. O ensino superior teve a função de formar os intelectuais

6 A esse respeito, ver CUNHA (1980). Contudo, vale ainda mencionar que nesse período foi criado o Ministério da Educação e Cultura e o Conselho Nacional de Educação, bem como foram realizadas reformas no ensino secundário e universitário (nesse último ressalte-se o papel do Estatuto das

necessários ao processo de modernização do país. E a criação das escolas de Serviço Social acompanhou essa lógica geral.

Dahmer Pereira (2007) ao estudar as Escolas de Serviço Social criadas no país chama atenção para o número de unidades de formação criadas no período de 1930-45 (quatorze), organizadas majoritariamente em estabelecimentos isolados (em função do Estatuto das Universidades Brasileiras), bem como os atores que participam dessa criação: o Estado (35,7% - principalmente através da Legião Brasileira de Assistência, do Juizado de Menores e residualmente, incluo, o Ministério da Saúde), a Igreja (57,2%) e o empresariado (com uma unidade de formação, a Escola Técnica de Serviço Social – ETSS, hoje integrada à Universidade Veiga de Almeida).

Aponta ainda essa autora que todas as Escolas foram criadas em capitais, havendo concentração na região sudeste (57,14%), sendo duas em São Paulo (por iniciativa direta da Igreja Católica) e seis no Rio de Janeiro (três de iniciativa estatal, duas da Igreja Católica e uma empresarial). Na região nordeste (21,43%) foram criadas três escolas, por iniciativa da Igreja Católica, bem como na região sul (14,29%, correspondendo a duas unidades formadoras). A região norte (7,14%) teve uma escola criada por iniciativa estatal.

Considerando as especificidades regionais, vale a pena atentar para algumas particularidades das escolas do Rio de Janeiro, em especial o curso de Serviço Social da Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN - hoje Escola de Serviço Social da UFRJ) e a Escola Técnica de Serviço Social (atualmente, curso de Serviço Social da Universidade Veiga de Almeida - UVA) – ambas criadas a partir do ensino de enfermagem. A primeira teve como iniciativa de criação o governo federal (IAMAMOTO e CARVALHO, 1983, p. 190) e a segunda resultou de iniciativa empresarial, conforme análise de Dahmer Pereira (2007).

Em que pese a proximidade entre pensamento católico e projeto governamental, as duas unidades de formação apresentavam algumas diferenças. Consultando fontes primárias em relação a essas duas escolas, encontramos para o Curso de Serviço Social da EEAN a lista de provas do ano de 1950[7] e a grade curricular da Escola Técnica de Serviço Social (ETSS), publicada pelo Jornal do Brasil, nos dias 26/02 e 25/03 de 1942[8]). A ETSS apresenta mais disciplinas na

Universidades Brasileiras, de 11.05.1931, que estabelecia o ensino pago, mesmo nas instituições públicas).

7 O pressuposto é o de que todas as disciplinas aplicavam prova, em função do detalhado cronograma elaborado, indicando – em alguns casos – a composição das bancas de avaliação. Eram citadas como disciplinas, por ordem alfabética: Anatomia e Fisiologia, Biblioteconomia, Direito Administrativo, Comercial e Internacional, Direito Civil, Direito Constitucional, Direito do Menor, Direito Penal, Economia Política, Estatística, Higiene do Trabalho, Legislação do Trabalho, Moral, Nutrição, Organização de Comunidade, Primeiros Socorros, Psicologia, Psiquiatria, Puericultura, Serviço Social, Serviço Social de Menores, Serviço Social Médico e Sociologia.

8 Eram indicadas como disciplinas, por ano e ordem alfabética: **Primeiro Ano**: Biologia, Anatomia e Fisiologia Humanas, Biometria e Biotipologia, Direito Civil e Constitucional, Direito do Trabalho: Legislação Social, Educação e economia domésticas, Ética Social e Profissional, Higiene do Trabalho, Higiene em Geral, Puericultura, Serviço Social Prático, Sociologia e Socorros de Urgência.

área da saúde, mais disciplinas específicas de Serviço Social e número maior de disciplinas na área social.

Sobre a grade curricular, sua diretora - Teresita Porto da Silveira - comenta em entrevista ao jornal A Manhã, em 05/09/1941, ao retornar dos Estados Unidos[9]:

Como se vê, o programa é dos mais completos, se assemelhando aos das escolas norte-americanas, não obstante ter sido elaborado por mera intuição, sem nenhum propósito de copiar ideias alheias. Posso assegurar, pelo que verifiquei nos Estados Unidos (onde os cursos não têm o ano de estágio e aperfeiçoamento que há na nossa escola), que não devemos nenhuma homenagem a país algum, no que diz respeito ao gênero da escola que funciona no Brasil. É pena que ela seja tão pequena e não disponha, por enquanto de recursos financeiros capazes de instalar outras congêneres em todo o interior do Brasil.

Em 07 de setembro do mesmo ano, o mesmo periódico publica errata sobre a entrevista, na qual Teresita teria dito: "... embora não tenhamos entre nós, escola padrão, não copiamos os programas de escolas estrangeiras e procuramos fazer obra consentânea com as realidades brasileiras". Nesse mesmo exemplar, informa que entregou, em fevereiro de 1941, a pedido do Ministro da Educação (Gustavo Capanema) estudo para regulamentar o ensino, objetivando alcançar situação semelhante ao "Peru e Chile", no que diz respeito ao ensino público do Serviço Social.

Em relação ao corpo docente, vale mencionar também existência de diferenciação. No curso de Serviço Social da EEAN, os professores eram dos quadros da à época Universidade do Brasil ou do Instituto Social. Contudo, na ETSS, o espectro era mais amplo[10], incluindo várias personalidades da área de saúde,

Segundo Ano: Direito Administrativo e Penal, Direito do Trabalho: Previdência Social, Estatística, Higiene Mental, Legislação de Menores, Nutrição e Dietética, Propedêutica Médica, Psicologia Experimental, Psicopatologia, Sociologia (Geral e Técnicas e Métodos do Serviço Social). **Terceiro Ano**: Ética Social e Profissional, Sociologia e Estágios.

9 Cabe ressaltar que, segundo o jornal Correio da Manhã (16/07/1941), Teresita passou alguns meses nos EUA, a convite da *National Association of School of Social Works*; o Jornal A Noite também publicou matéria, informando que Teresita integrava delegação brasileira, juntamente com Stela de Faro, Ruth Barcellos e Helena Junqueira. No Boletim da SOS Obras Sociais, há menção ao seu embarque em 21/05 (boletim 77, de maio de 1941, com retorno consignado no Boletim 80, de agosto do mesmo ano). Vale ressaltar que Teresita participou também do Congresso Interamericano de Atlantic City (EUA, 1941), conforme Iamamoto e Carvalho (1983, p.334). Segundo esses autores, esse Congresso, motivou o 1º Congresso Panamericano de Serviço Social (Chile, 1945) e o Congresso Brasileiro de Serviço Social, promovido pelo CEAS, em 1947.

10 Também são citados como integrantes do corpo docente (Jornal do Brasil, 11/01/1942): Leonel Gonzaga, Saul de Gusmão, Peregrino Jr., Helder Câmara, Carlos Sá, Lemos de Brito, Plínio Olinto, Oscar Clarck, Roberto Lira, Nilton Campos, Campos da Paz, Vanelli Batista, Segadas Viana, Jaime Grabois, Sidney Arruda, Corina Barreiros, Flavio de Souza, Fernando de Carvalho, Jesuíno de Albuquerque, Valdemar Bernadinelli, Delgado de Carvalho, Pontes de Miranda, Vanda Cardoso Torok, Alberto Cotrim Neto, Martinho da Rocha, Martagão Gesteira, Morais Coutinho, Iracema de Bragança, Carneiro Leão, Nelson Azevedo Branco, Luis Torres Barbosa, Isabel Pinto Peixoto da Cunha, Miguel Rodrigues de Carvalho e Zélia de Oliveira Braune. Constam ainda como representantes do Ministério do Trabalho (à época, a ETSS era "assistida pelo observador do Ministério do Trabalho, Dr. Hugo Firmeza"): Oliveira Viana, Edson Cavalcanti, Zei Bueno, Costa Miranda, Miranda Neto, Oscar Saraiva e Natércia Silveira Pinto da Rocha.

como por exemplo, o Prof. Josué de Castro[11] - cassado pela ditadura civil-militar instaurada em 1964 - como responsável pela disciplina de Nutrição e Dietética.

Também foi encontrada polêmica em relação ao trabalho feminino. No Boletim do SOS Obras Sociais (n. 77, de maio de 1941), Eugênia Hamann, também vinculada a ETSS, em artigo intitulado "O homem, a mulher e o trabalho", defende a igualdade de acesso de mulheres aos cargos públicos. Cita no corpo do texto que escreve em "oposição ao memorial encaminhado ao Presidente da República por 'estudantes de Niterói' que solicitaram decreto lei" que vedasse o trabalho da mulher nos cargos da administração pública, no que "pressentem – dizem – gravíssimos perigos para a ordem pública e social". Vale lembrar que Capanema apresentou, nesse mesmo período, proposta de um Estatuto da Mulher Casada que não foi encaminhado por Getúlio Vargas.

Em relação aos trabalhos de conclusão de curso (TCCs), só foram localizados os títulos dos defendidos pelos alunos da ETSS, através da publicação dos jornais da época[12]. Evidentemente, seria necessário localizar os próprios trabalhos tanto dessa Escola, como do Curso de Serviço Social da EEAN[13] para que fosse possível verificar divergências mais significativas.

Dahmer Pereira (2007, pp. 137-142) aponta a criação de vinte novos cursos de Serviço Social no Brasil, no período de 1946 a 1963; destas, 70% das escolas criadas (15) contou com ação direta da Igreja. Ou seja: "em relação ao período anterior, a Igreja Católica aumentou sua participação, de 57,2% para 70%. Se contarmos ainda a ESS criada em conjunto com o empresariado, o percentual de participação sobe para 75%"[14]. Segundo a autora, o período contou com "maior presença do empresariado na criação de ESSs pelo país – de 7,1% para 15% -, e à

11 Foi um intelectual que teve uma profunda influência na vida nacional e grande projeção internacional nos anos que decorreram entre 1930 e 1973. Nasceu em Recife/Pe e se graduou em medicina em 1929; logo nos primeiros anos de formado, entendeu que "a fome" estava presente na vida de grande parte da população brasileira. Em seu livro "Geografia da Fome" afirmava que a fome não era um problema natural, isto é, não dependia nem era resultado dos fatos da natureza, ao contrário, era fruto de ações dos homens, de suas opções, da condução econômica que davam a seus países. Após ter seus direitos políticos cassados pela ditadura civil-militar que dominou o país a partir de 1964, exilou-se em Paris (passando a lecionar na Sorbonne) onde morreu em 1973, sem "ver restabelecida sua condição de cidadão brasileiro". Disponível em: http://www.josuedecastro.com.br/port/index.html. Acesso: 20/10/2016.

12 Títulos localizados: "A Visitadora social como elemento de ligação entre o lar e a escola", "A ação social e a higiene mental", "Finalidade do Serviço Social", "A delinquência infantil", "Tuberculose e Assistência Social" e "Proteção à criança em idade escolar". Cabe esclarecer que o conjunto do material de imprensa foi localizado diretamente no acervo do SOS Obras Sociais – instituição que está na base da criação da ETSS. A informação verbal obtida na época é a de que lá havia cópia dos TCCs, porém, as condições do prédio e sucessivas chuvas, acabaram destruindo o material. Em relação a Universidade Veiga de Almeida obtivemos a informação de que os TCCs foram incinerados no início dos anos 1990.

13 Até o momento esse material não foi localizado.

14 A autora menciona que dos quinze cursos criados pela IC no período, somente quatro ainda possuem essa configuração. Os demais deixaram de ser confessionais, tornando-se "cursos privados particulares". Comenta, ainda, que nos anos 1960 (principalmente após a Reforma Universitária de 1968) a maioria esmagadora passou a se inserir em ambiente universitário. (DAHMER PEREIRA, 2007, pp. 139-140).

drástica redução da participação estatal na criação de ESSs: de 35,7% para 10%." A maior parte dos cursos foi, portanto, criado em estabelecimentos isolados de ensino, em um "movimento contrário à direção dada à política educacional para o nível superior no período 1946-1963".

Conclui a autora:

Ao "radiografarmos" os dois períodos analisados podemos constatar que o crescimento de ESSs seguiu um ritmo muito aproximado: 14 ESSs (1936 a 1945) e 20 ESSs em 17 anos (1946 a 1963), com a Igreja Católica como o seu principal sujeito criador. Mesmo nas situações em que escolas foram criadas pelo empresariado e/ou Estado, a direção didático-pedagógica baseava-se, majoritariamente, na Doutrina Social Católica, conforme foi possível constatar através do estudo do surgimento de cada ESS no período.

Vale lembrar que entre 1941-1957 diversos docentes participaram de intercâmbios e estudos nos EUA. Através dessas missões, o Serviço Social norte-americano (através da metodologia de Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupos e Desenvolvimento e Organização de Comunidade) passa a ter influência cada vez maior na formação profissional no Brasil, porém, com a perspectiva funcionalista aliada ao neotomismo cristão do Serviço Social europeu. Santos (2006, p. 42) chama atenção para o fato de que:

A busca de "solução" para as sequelas da "questão social" por parte do Estado é permeada pela racionalidade positivista, que se configurava num dos suportes para se pensar o social. Os sujeitos tornam-se meros objetos, e o social é visto segundo uma ótica ético-moral, o que leva à psicologização das relações sociais, ou seja, as expressões da "questão social" são tratadas como externas às instituições da sociedade burguesa, desencarnadas da esfera econômica, da cultura, do social e sem historicidade; reduzidas à esfera pessoal e moral. Nas palavras de Netto (1992, p.58), "a despolitização surge no tratamento da 'questão social' como objeto de administração técnica e/ou campo de terapia comportamental". Há de se enfatizar que nesses moldes o tratamento da questão social não é aleatório, mas típico do reformismo conservador, o qual, no capitalismo monopolista, "é entronizado como estratégia de classe da burguesia".

Defende essa autora, com base em Dantas (1995,) que o Serviço Social de Caso é predominante no início da institucionalização da profissão, centrando-se nos fenômenos intrapsíquicos, valorizando o funcionamento social do indivíduo e tem como referência a metodologia psicanalítica. Desta forma, nesse momento não teria, ou teria sido mínima, a influência da corrente funcionalista. Comenta ainda que para Faleiros (2000, p. 165-6), o currículo dos anos 1930, é "fragmentado, centrado no disciplinamento da força de trabalho através dos valores cristãos e controle paramédico e parajurídico".

Ao final da Segunda Guerra Mundial essa situação sofreria uma alteração: observa-se a introdução no Serviço Social, do "método" de Grupo com o aporte da teoria funcionalista americana que, ainda focando os indivíduos, visa fortalecê-los por meio da convivência grupal.

Para Netto (2001), o Serviço Social "tradicional" não apresentaria, até a década de 1950, polêmicas e elaborações teóricas significativas, o que se traduziria em uma "consensual direção interventiva" que só iria se alterar a partir dos anos de 1950 e 1960, com a possibilidade concreta de renovação Serviço Social no Brasil.

3. O evolver do Serviço Social na formação social brasileira

Na presente seção buscar-se-á situar o período compreendido entre o pós-1945 até o final do período de ditadura civil-militar no Brasil. É um longo período, mas é de fundamental importância para que se possa acompanhar as mudanças operadas no âmbito do Serviço Social. A proposta de subdivisão desta seção, objetiva situar momentos da formação social brasileira que implicaram diretamente em novas fases e contornos da profissão.

3.1 Do final do Estado Novo ao início da década de 1960

Vale lembrar, ainda que sumariamente, as transformações mundiais que afetaram o país a partir do Estado Novo. Com a II Grande Guerra Mundial, assiste-se a polarização mundial entre EUA e União Soviética (URSS), a reconstrução da Europa a partir do Plano Marshall, o avanço da hegemonia norte-americana, a emergência (ainda que incipiente) do discurso neoliberal propagado por Hayeck, o pacto "fordista-Keynesiano" nos países centrais e a disseminação da ideologia desenvolvimentista nos países periféricos.

No campo político nacional, o pós-1945[15] traz de volta os direitos políticos, sendo um período marcado pelo "populismo"[16] (como em várias formações latino-americanas, a partir de 1930). Contudo, foi um período marcado, também, pelo descompasso entre Executivo e Legislativo; o primeiro, imbuído do seu papel no processo de modernização capitalista e o segundo defendendo, majoritariamente, os interesses agrários; e isso, em um momento, em que se discutia a entrada (ou não) do capital estrangeiro no país. Verifica-se o crescimento da participação de todos os segmentos da sociedade civil, e também dos militares, em defesa do nacional-desenvolvimentismo, do desenvolvimento associado ou, ainda, de interesses específicos[17].

15 Referimo-nos aqui aos governos Dutra (1946/1964), novo período de Vargas (1951/1954), Juscelino Kubitschek (1955/1960), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961/1964).

16 Caracteriza-se, grosso modo, por uma relação mais direta entre o governante e a população (principalmente as mais pauperizadas), valendo-se, portanto, mais de consenso do que de coerção, ignorando-se as organizações da sociedade civil e a ideia de democracia representativa. A esse respeito, ver: VIANNA, 1978.

17 Vale lembrar Ianni (1996) que descreve o movimento pendular do tipo de desenvolvimento do país: ora um desenvolvimento de caráter mais nacionalista (que vigorou nos períodos de 1930/1945, 1951/1954 e 1961/1964) ora um desenvolvimento do tipo associado (1946/50, 1955/60 e no pós-1964).

Nessa conjuntura, o movimento sindical atingiu seu ápice, escapando a qualquer controle, com a ação dos sindicatos "paralelos". Foram criadas organizações de trabalhadores que passaram a conduzir o movimento sindical. A nova configuração política propiciou uma maior autonomia ao movimento popular, que, apesar disso, continuou a ter o movimento sindical como eixo, por não conseguir romper de fato com a identidade constituída na conjuntura anterior. Assim, na área social, os direitos sociais não se ampliaram em função da estrutura corporativa que se mantinha, nos moldes da "cidadania regulada"[18]; essa situação só será alterada no período da ditadura civil-militar.

Na área econômica passou-se da fase de industrialização restrita para a pesada, principalmente a partir de meados da década de 1950, quando se deu a entrada de empresas internacionais no país. Contudo, essa reorientação econômica, já se mostrava a partir do período Dutra que permitiu a entrada de capital estrangeiro no país. Foi um duro período para os trabalhadores, em função da acentuação do processo de acumulação capitalista e que vai demandar a intervenção profissional no âmbito das empresas, a partir da década de 1960 (Iamamoto e Carvalho, 1983).

Se a década de 1930 e o início dos anos 1940 marcam a origem da profissão no país, observa-se a partir da segunda metade dessa década, o momento de institucionalização profissional, com a organização de entidades da categoria[19] e a luta por uma legislação regulamentadora do ensino e da profissão – a rigor, já esboçada no início dos anos 1940. Desta forma, na década de 1950 são aprovados os seguintes instrumentos legais: Lei n. 1.889, de 13 de junho de 1953, que regulamentou o ensino do Serviço Social, sua estruturação e ainda prerrogativas dos portadores de diplomas[20]; a Lei n. 3.252, de 27 de agosto de 1957, que conferiu o monopólio do exercício da profissão aos portadores de diploma; e o Decreto-Lei n. 994, de 15 de maio de 1962 - que regulamentou a Lei de 1957 – e definiu requisitos, atributos e prerrogativas dos profissionais (Iamamoto e Carvalho, 1983, p. 350).

Nesse momento da historiografia profissional, o Serviço Social norte-americano já havia conquistado influência sobre o Serviço Social no Brasil (e se tornará hegemônica a partir da década de 1960) – tanto a partir do intercâmbio entre docentes, como também pela ideologia desenvolvimentista difundida pelos organismos internacionais no período pós-guerra, no contexto de Guerra Fria. O objetivo desses acordos era o combate ao comunismo, principalmente pós-revolução cubana de 1959, criando-se programas de assistência internacional,

18 A propósito, ver Wanderley Guilherme dos Santos. Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

19 Em decorrência do já mencionado Congresso realizado no Chile, foram criadas, em 1946, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS, hoje ABEPSS) e a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS). Em 1947 foi formulado o primeiro Código de Ética dos assistentes sociais brasileiros.

20 Essa lei foi regulamentada pelo Decreto-lei 35.311, de 08 de abril de 1954, que reconhecendo o curso de Serviço Social como de nível superior, estabeleceu o prazo mínimo de duração em três anos.

como a Aliança para o Progresso (em 1960). Nessa proposta, a educação ocupava um lugar fundamental, pois era vista como instrumento de superação do subdesenvolvimento. Através de vários acordos bilaterais, que visavam a reforma educacional brasileira atrelada à lógica da segurança nacional, também foi incorporada a ideia de Desenvolvimento de Comunidade à qual o Serviço Social aderiu.

Assim, na década de 1950, inicia-se a utilização do "método" de Comunidade, que se desenvolve até o final da década seguinte. Netto (2001, p. 140) indica três vertentes profissionais no que se refere ao Desenvolvimento de Comunidade: uma corrente que extrapola para o DC os procedimentos e as representações "tradicionais", apenas alterando o âmbito da sua intervenção; outra, que pensa o DC numa perspectiva macrossocietária, supondo mudanças socioeconômicas estruturais, mas sempre no bojo do ordenamento capitalista; e, enfim, uma vertente que pensa o DC como instrumento de um processo de transformação social substantiva, conectado à libertação social das classes e camadas subalternas.

A influência do Serviço Social norte-americano no Brasil imputa um caráter mais "técnico-científico" ao Serviço Social, embasado no referencial teórico funcionalista – sem romper, porém, com a herança católico-europeia – e na interação com as Ciências Sociais, trazendo para dentro da profissão uma preocupação com o conhecimento da realidade através da Sociologia, Filosofia, Antropologia e Psicologia Social, e adquirindo, das Ciências Sociais, seu cariz tecnocrático, de neutralidade (NETTO, 2001). A formação inclui ainda disciplinas Moral, Higiene, os métodos de Caso, Grupo e Comunidade e técnicas básicas tais como, Estatística, Pesquisa Social e Administração.

A formação profissional então hegemônica desenvolveu-se a partir de dois eixos, quais sejam, a base doutrinária e a base técnica. A primeira fundamentada na filosofia aristotélico-tomista e a segunda, em valores positivistas/funcionalistas. Essa incorporação não se dá sem problemas, pois permanece a preocupação com a "ameaça da técnica", cabendo à disciplina Introdução ao Serviço Social a função de minimizar esse problema, "porque é essa matéria que dando os princípios da técnica do Serviço Social mergulha no campo filosófico, especialmente para defesa de uma filosofia cristã" (ABESS, Ata da 1ª Sessão. III Convenção, 1953 *apud*: SÁ, 1995).

Para Faleiros (2000, pp.165-6 *apud* Santos, 2006), o currículo no pós-guerra era centrado na integração com o meio, na adaptação social. Em 1952 é elaborado um currículo estruturado nos enfoques de "Caso", "Grupo" e "Comunidade", sendo inseridas as disciplinas de pesquisa, administração e as relativas aos campos de ação profissional. Já o dos anos 1960 seria voltado para a "solução de problemas individuais, o desenvolvimento e planejamento social", com a presença da visão desenvolvimentista.

Assim, na formação profissional do início da década de 1960 percebe-se que a Doutrina Social da Igreja cede lugar a correntes psicológicas (principalmente

à psicanálise) e sociológicas destacando-se o positivismo de Durkheim e o funcionalismo –, passando a buscar o avanço técnico na perspectiva do ajustamento do indivíduo em uma sociedade considerada harmônica. Entretanto, os valores norteadores da profissão permanecem com seu caráter humanista.

O país, no início dos anos 1960, assistiu à irrupção das massas de trabalhadores da cidade e do campo na cena política. Esses setores reivindicavam direitos sociais inconcebíveis até então, esboçando, no plano da política, uma tendência de constituição de uma cidadania coletiva autônoma da sociedade civil. No instável equilíbrio de poder desse período, dois projetos fundamentais se articularam, polarizando a sociedade civil: o democratizante, vinculando as classes populares e frações das classes dominantes de matriz liberal, que apoiavam o nacional-desenvolvimentismo que buscavam a sustentação política das primeiras, admitindo, inclusive, como concessões, a realização de reformas de base; e o desenvolvimento associado "pelo alto", isto é, o de associação com o capital monopolista internacional pelo mesmo padrão autoritário que vinha sendo a constante da formação social brasileira.

A análise das alianças políticas feitas dentro e fora do bloco de poder permite relativizar o peso do movimento operário e sindical e do conjunto dos movimentos sociais na configuração dessas conjunturas de democratização. As limitações postas pela estrutura corporativa sindical e pelo conjunto da institucionalidade autoritária só foram revogadas na prática quando isso atendia também aos interesses conjunturais de frações no bloco do poder. Quando o crescimento do movimento popular foi percebido como ameaçador aos interesses gerais da burguesia, romperam-se as alianças anteriores e produziu-se uma recomposição no bloco do poder. O recurso à estrutura legal, nunca desmontada, associado ao uso da repressão, permitiu, então, o controle dos movimentos sociais.

A crise de conjuntura em que a economia se vê lançada, em particular a partir de 1962, é um elemento básico da situação. Ela vem somar-se à crise estrutural inerente à forma pela qual se estava procurando conciliar o padrão agrário-exportador com a política nacionalista de desenvolvimento e a associação cada vez mais ampla com empresas e órgãos internacionais.

Mas o esgotamento dos fatores que sustentavam o processo de industrialização ocorreu antes que a formação de capital alcançasse a necessária autonomia com relação ao setor externo; ou seja, quebrou-se o impulso de crescimento, esterilizando o mecanismo que vinha sendo utilizado com êxito para controlar o consumo e alimentar o processo acumulativo. Em consequência, os problemas sociais passaram a ter uma nova dimensão, escapando ao alcance dos instrumentos que vinham sendo usados com relativo êxito.

Ou seja, estavam dadas as condições externas mínimas para que o Serviço Social pudesse iniciar um processo de revisão, a partir de seus próprios questionamentos, pois o denominado Serviço Social "tradicional" encontrava-se profundamente desgastado, vez que não mais atendia as necessidades modernizantes da ideologia nacional-desenvolvimentista.

Netto (2001, pp. 139-140) aponta os seguintes fatores para o processo de renovação do Serviço Social: "o estágio de precipitação da dinâmica sociopolítica da vida brasileira, entre 1960-61/1964, com o aprofundamento e a problematização do processo democrático"; o amadurecimento de setores da categoria, na relação com outros protagonistas sociais e instâncias estatais; "a emersão de 'católicos progressistas' e mesmo de uma esquerda católica, com ativa militância cívica e política"; a constituição e organização do movimento estudantil, muito vinculado à esquerda católica (seja pela JUC ou pela Ação Popular – AP, posteriormente) e finalmente, a entrada do Serviço Social no ambiente universitário, possibilitando contato com o "referencial próprio de parte significativa das ciências sociais no período, imantada por dimensões críticas e nacional-populares."

Nesse contexto iniciou-se um processo de "renovação" profissional no continente latino-americano, conhecido como Movimento de Reconceituação. Apesar de sua heterogeneidade, a base comum era a necessidade de renovação em função das novas expressões da questão social. Esse processo permitiu, ainda, uma aproximação entre setores profissionais latino-americanos, dando um novo patamar para o debate profissional, bem como propiciou a organização do movimento estudantil que questionava a direção social da formação, participando intensamente da vida política do país.[21]

Contudo, como sinaliza Netto (2001, pp.127-130), esse movimento de renovação foi abortado pelas ditaduras latino-americanas que foram se instalando, primeiro no Brasil (1964) e depois em todo o Cone Sul, e exauriu-se por volta de 1975. Assim, a vertente de caráter progressista daquele início de renovação do Serviço Social brasileiro foi literalmente abortada, desenvolvendo-se uma perspectiva modernizadora e tecnicista de renovação profissional, condizente com os propósitos da modernização conservadora implementada pelos governos ditatoriais.

3.2 Da ditadura civil militar ao início da década de 1980

É importante lembrar que o Golpe Militar de 1964, visando a implementar uma nova fase (monopolista) de modernização capitalista no Brasil, promoveu uma violenta intervenção no conjunto da sociedade civil, reordenando e ampliando a ação reguladora do corporativismo preexistente. Assim, ocorreu uma profunda reorganização do aparato estatal, das relações entre Estado e classes sociais, bem como da política social - o que obviamente trouxe consequências para o Serviço Social. Vale conhecer, em linhas gerais, os principais instrumentos legais de planejamento do período que participaram da transformação da política social nesse período.

21 A título de exemplo, vale verificar a participação das discentes de Serviço Social no Brasil, no Congresso de Ibiúna, realizada em 1968 (v. BACKX, 2016).

O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG — 1964-66 — governo Castelo Branco) foi utilizado na tentativa de obter apoio popular na busca de legitimidade, com base no *slogan* "estabilidade social com dinamismo econômico". Seu pressuposto era que a expansão do setor econômico associada à estabilidade política daria a solução para o setor social. O PAEG alterou a lógica de funcionamento da previdência social ao unificar e uniformizar o sistema, fato que possibilitou a formação de uma poupança nacional que foi fundamental para financiar a expansão do setor econômico no mais tradicional molde liberal. Permitiu a criação do Sistema Financeiro de Habitação visando à cobertura do déficit habitacional, a absorção intensiva de mão-de-obra urbana como forma de controle social e a viabilização de acumulação no setor de construção civil. É também desse período o Estatuto da Terra, que pretendia fixar o homem no campo.

Esse modelo expressa a opção por um projeto de acumulação que vincula o país à lógica do capital internacional e liquida com o Estado nacional populista. É o Estado tecnoburocrático autoritário que se instala, empenhado em acelerar a acumulação capitalista e expandir as organizações burocráticas públicas e privadas. O modelo econômico adotado supunha a existência de dois fatores básicos: a concentração de renda e a abertura para o exterior — ou seja: pressupunha o arrocho salarial e o endividamento externo.

Outro planejamento do período foi o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED — 1967-70 — governo Costa e Silva), que manteve a mesma lógica de crescimento econômico. Constituíam-se em fatores estimuladores: créditos abundantes à indústria automobilística e a outros ramos produtores de bens duráveis de consumo, bem como elevação e reestruturação dos preços e tarifas dos serviços de utilidade pública. A política de salários e financiamento resultou em uma aceleração do processo de concentração de renda. A retomada do crescimento da produção industrial provocou forte elevação da taxa de acumulação de capital.

Sua dimensão social concentrava-se nas áreas de educação (voltada para capacitação de mão-de-obra a fim de atender à proposta desenvolvimentista), saúde (propondo a interiorização e regionalização da assistência médico-sanitária-hospitalar e de seus recursos; criou o Fundo Nacional de Saneamento e empreendeu o combate às doenças transmissíveis) e habitação (dirigida para as camadas médias). Destaca-se nessa fase a criação do FGTS, importante mecanismo de política social, apesar de sua função de captação de recursos principalmente para a área habitacional.

Incapazes de produzir um relativo consenso sobre a ordem social capitalista que garantisse a estabilidade institucional, e sob a ameaça de rebaixamento da taxa de acumulação devido ao crescimento do movimento popular, as classes dominantes optaram pela exclusão sistemática da cidadania daquelas forças que contestavam ou poderiam contestar o regime.

Datam também desse período os três Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs). O primeiro (1971-74 — governo Médici) tinha como meta elevar o país

à condição de desenvolvido, mediante a redução da inflação, a elevação do PIB e da renda per capita, bem como a expansão da taxa de emprego.

Para o setor social foram estabelecidos mecanismos como o PIS/PASEP e feitos investimentos setoriais em educação e saúde. No que diz respeito à educação, vale mencionar a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos (MOBRAL), a integração do ensino primário e ginasial (com a criação de um ciclo único) e a expansão de vagas no segundo e terceiro graus (como forma de atender à demanda do mercado para preenchimento do quadro técnico). Para a saúde, foram desenvolvidos programas preventivos de endemias e infraestrutura de água e esgoto nas áreas urbanas. A rigor, esses recursos foram canalizados para os investimentos de infraestrutura do capital. No que diz respeito à previdência social, em 1971 foi criado um programa para atender ao setor rural. Em 1972 instituiu-se a inclusão obrigatória dos empregados domésticos no sistema do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Em síntese, o modelo adotado aprofundou a concentração de renda (as políticas desenvolvidas favoreciam a acumulação de capital em setores específicos), impedindo a tão propalada redistribuição; afinal, o "bolo" cresceu e não foi dividido.

No período 1971-73, o setor de bens de capital apresentou altas de crescimento decorrentes da acumulação de capital na indústria automobilística, do crescimento da siderurgia estatal e dos investimentos do Estado em telecomunicações, combustível e petroquímica. A principal marca do período é a não correspondência entre o ritmo acelerado da expansão e a demanda corrente. Esse desenvolvimento se choca com uma série de limitações: sistema de transporte deficiente, escassez de insumos básicos devido a uma demanda excessiva, aumento da inflação; em resumo, uma contradição entre um impulso cada vez mais poderoso de acumular e as limitadas disponibilidades para fazê-lo.

O II PND (1975-78 — governo Geisel) tinha como objetivo adequar a economia brasileira à crise energética mundial e à escassez de matérias-primas, retornando a economia ao modelo agroexportador; buscou-se a modernização da sociedade urbano-industrial mediante o desenvolvimento científico e tecnológico.

Com o reconhecimento da desigualdade na distribuição de renda, da concentração demográfica e da degradação ambiental, foi criado o Conselho de Desenvolvimento Social, subordinado diretamente à Presidência da República. É dessa época a criação do Programa Nacional dos Centros Sociais Urbanos, cujo objetivo era melhorar a qualidade de vida nas grandes cidades, por meio da realização de programas de educação, lazer, assistência e saúde.

O Ministério do Trabalho e Previdência Social foi desmembrado, dando origem ao Ministério do Trabalho e ao Ministério da Previdência e Assistência Social. Ampliou-se, assim, a atuação dos serviços sociais. O Ministério da Previdência e Assistência Social passa a ser a instituição dirigente do sistema de previdência social, com a função de supervisionar e coordenar programas específicos, como o do INPS, bem como de desenvolver programas de previdência e assistência social no âmbito dos planos globais sociais e econômicos.

Em 1977, cria-se o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) com o objetivo de reorganizar e racionalizar a previdência social, que se encontrava em situação crítica em face do extraordinário crescimento dos gastos de atendimento médico do INPS. A universalização dos serviços ainda estava por vir, mantendo-se a situação de "cidadania incivil" ou "pobreza incivil"[22] para a grande maioria da população brasileira.

O III PND (1979-85 — governo Figueiredo) tinha como objetivo o aperfeiçoamento das instituições políticas e a defesa da prevalência do econômico sobre o social, apesar da intenção formal de alterar o perfil da distribuição de renda, beneficiando a população mais pobre. Na verdade, sob o pretexto da redistribuição mediante a ampliação do acesso aos serviços, o III PND abriu a possibilidade de investimentos privados nos setores de educação e saúde.

Como já mencionado, o III PND abriu a possibilidade para a exploração empresarial do ensino superior, deixando ao encargo do Estado a constituição da Pós-graduação no País, através das instituições federais de ensino superior, consolidando o objetivo do II PND (1975-1978), no que diz respeito ao desenvolvimento científico e tecnológico. A educação superior, ao nível da graduação, teve sua expansão ao encargo dos empresários de ensino, sem que o ensino se articulasse com a pesquisa e a extensão[23]. Evidentemente, os cursos mais visados pelos empresários foram aqueles que não necessitavam de infraestrutura específica (tais como laboratórios), de modo a maximizar a utilização das instalações criadas.

Deve ser observado que esse predomínio de iniciativas empresariais na criação de cursos superiores, deveu-se, também, a um relativo distanciamento da Igreja Católica do Estado, sobretudo, no período (mais precisamente, após o AI-5[24]) em que as denúncias relativas a práticas de crimes políticos (morte, tortura, desaparecimento forçado, dente outras) ficaram mais fortes. Por outro lado, como já mencionado, a ação pastoral da Igreja, bem como o seu envolvimento com as Comunidades Eclesiais de Base e com a formação de um pensamento católico à esquerda, não só pavimentaram esse afastamento, como colocou setores da Igreja como importante elemento no processo de denúncia contra o arbítrio ditatorial.

Contrariamente ao autoritarismo vigente no período 1930-45, que incorporou (ainda que de forma regulada) os direitos sociais fundamentais, o regime pós-64 excluiu a força de trabalho da distribuição de novos direitos sociais pelo Estado. Além disso, subtraiu da ordem jurídica direitos já conquistados. Tratava-se de

22 A esse respeito, ver Vera Telles: Questão social e cidadania. Caxambu: ANPOCS, 1991.

23 Essa situação só irá sofrer inflexões ao longo dos anos 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

24 O Ato Institucional nº 5 (conhecido popularmente como AI-5) foi baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, sendo considerado a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. É considerado como marco para o período mais duro do regime militar, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem considerados ameaças ao regime. Para maiores detalhes, ver Netto (2014).

criar as condições, com base na coerção institucionalizada, para a implementação de um novo padrão de acumulação.

Com a suspensão dos direitos civis e políticos, os direitos sociais implementados pela ditadura militar, por meio de suas políticas sociais, marcaram o início do desmonte do aparato de regulação da cidadania, unificando, uniformizando e ampliando os serviços sociais, com certa tendência universalizante. Porém não foram alteradas substancialmente as bases de financiamento das políticas sociais, o que gerou uma ampliação de serviços de baixa qualidade. A fragmentação e a centralização (com a consequente burocratização das instituições) se constituem em características das políticas sociais do período. Sob a orientação da doutrina de segurança nacional, as políticas sociais e, principalmente, as ações assistenciais servem, sobretudo, para desenvolver a "política do controle" da sociedade (Vieira, 1995).

Evidentemente, um Estado tecnoburocrático autoritário colocou exigências especiais para um leque de profissionais – dentre eles o assistente social. Tais exigências, inflexionaram o mercado de trabalho nacional profissional ao congregar os antigos IAPs no INPS, a partir de 1966, bem como passou a requisitar o trabalho profissional em médias e grandes empresas. Assim, diz Netto (2001, pp. 117-118):

Salientar o vínculo entre a autocracia burguesa e a renovação do Serviço Social não é o mesmo que sugerir que a estratégia e o sentido da ditadura jogaram, intencional e prioritariamente, na erosão e na deslegitimação das formas profissionais consagradas e vigentes à época da sua emersão e consolidação. Pelo contrário: até o final da década de sessenta, e entrando pelos anos setenta inclusive, no discurso e na ação governamentais há um claro componente de *validação* e *reforço* do que, noutro lugar, caracterizamos como Serviço Social "tradicional". Tudo indica que este componente atendia a duas necessidades distintas: a de preservar os traços mais subalternos do exercício profissional, de forma a continuar contando com um firme estrato de executores de políticas sociais localizadas e bastante dócil e, ao mesmo tempo, de contrarrestar projeções profissionais potencialmente conflituosas com os meios e os objetivos que estavam alocados às estruturas organizacional-institucionais em que se inseriam tradicionalmente os assistentes sociais. (...) é possível agarrar a significância deste componente da postura ditatorial – ele é um dos vetores que responde, em grande medida, pela continuidade de práticas e (auto)representações profissionais que, prolongando-se nos dias atuais, mostram-se inteiramente defasadas em face das requisições sócioprofissionais postas pela dinâmica da sociedade brasileira.

Se já não bastasse a política geral do Estado, as ampliações do mercado de trabalho juntamente com o empresariamento do ensino superior implicaram também no aumento expressivo de cursos de Serviço Social. Dahmer Pereira (2007, pp. 169-175) identificou, no período 1964-1985, a criação de trinta e dois (32) cursos de Serviço Social. No que diz respeito à iniciativa de criação desses novos cursos, evidentemente, os empresários da educação despontam no cenário:

61,3% dos cursos, contra 22,6% de iniciativas estatais e 16,1% de instituições confessionais. A maior parte desses cursos foi criado em instituições não universitárias (faculdades privadas e isoladas), o que é compatível com a lógica da política educacional para o ensino superior do período. Ressalta a autora, que somente em regiões nas quais "não havia grande oferta de público pagante, o Estado criou cursos: vale lembrar novamente que o Estado transformou 11 cursos até então de natureza privada e criados entre 1930 e 1963 em cursos públicos, sendo seis localizados na região mais empobrecida do país, a região nordeste" (p.175).

3.2.1 Sobre o processo de renovação do Serviço Social

Já foi apontado na seção anterior o contexto que propiciou o (auto) questionamento do Serviço Social no Brasil, sob a égide da autocracia burguesa. Não se trata, porém, de um movimento isolado, mas da combinação de determinações da conjuntura social, política e econômica da América Latina – que se convencionou chamar de movimento de reconceituação do Serviço Social ou de reconceptualização – que também o impulsiona a uma autocrítica. Para Netto (2001) tal movimento, foi preponderante para o que se denomina processo de "renovação do Serviço Social brasileiro", o qual é entendido como o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e, disciplinas sociais (...). A renovação implica a construção de um pluralismo profissional, radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem (Netto, 2001, p. 131).

Defende esse autor, que esse processo de renovação é bastante contraditório e heterogêneo dentro da categoria. Ao mesmo tempo em que traz em seu bojo segmentos que reforçam o regime autoritário brasileiro vigente à época, traz outro segmento que o questiona e se lhe opõe. De forma geral, pode-se dizer que esse movimento vai se opor à herança intelectual e cultural da profissão, acenando para "novas" concepções teóricas, ideológicas e políticas.

Cabe agora, ainda que sumariamente, apontar três momentos desse processo de renovação que assumiu direções diferenciadas (cf. Netto, 2001, pp. 151-164): a perspectiva modernizadora (que se configura no início da ditadura civil-militar), a perspectiva de reatualização do conservadorismo (cujas bases foram dadas na década de 1970) e a perspectiva de intenção de ruptura (que emerge ao final dos anos 1970 e se desenvolve já na década de 1980).

A perspectiva modernizadora surge como proposta no I Seminário Regional Latino Americano de Serviço Social, realizado em Porto Alegre, em 1965, tendo

sua formulação inicial inscrita nos resultados do "Seminário de Teorização do Serviço Social" (realizado em Araxá, em março de 1967), constando das discussões realizadas no Seminário de Teresópolis (realizado em janeiro de 1970)[25]. Defendiam uma modernização do Serviço Social que entendiam como um "instrumento profissional de suporte a políticas de desenvolvimento" – "traço sintético" dessa proposta (p. 165), bem como, a concepção de desenvolvimento como *processo induzido de mudanças* para erradicar, mediante um gradativo aumento dos *níveis de bem-estar social*, o quadro de causalidades potencialmente conversíveis em vetores de alimentação de um caudal revolucionário. Suas tematizações de base estão enfeixadas nas polêmicas sobre a *modernização*, de uma parte e, de outra, sobre os *estágios do desenvolvimento* (...). E é compreensível: a relação subdesenvolvimento/desenvolvimento é pensada como um *continuum* (...). (p.166)

Esse momento é marcado pela substituição do neotomista como matriz teórica em direção ao estrutural-funcionalismo. Para Netto (2001) essa vertente do processo de renovação do Serviço Social era adequada à autocracia burguesa, tendo entrado em declínio com o esgotamento da ditadura civil-militar e expressou o avanço técnico da profissão numa perspectiva de eficiência/eficácia e modernização.

O aprimoramento teórico-metodológico que se procura nesse momento visa a sustentar a intervenção, sem, contudo, questionar o poder vigente. Com o suporte da concepção sistêmica, consolidam-se o Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade, reforçando-se o estudo, o diagnóstico e o tratamento. Assim, o exercício profissional se fortalece em ações – como respostas às requisições feitas ao profissional – que continuam centradas nos indivíduos, vistos como desajustados. Apesar de reconhecer as interseções entre indivíduos e estrutura social, as ações centram-se na adaptação do sujeito ao meio; são ações "educativas" que interferem nos valores e costumes das classes populares. Requisita-se a participação popular, mas sob controle. Diante isso, há uma grande preocupação com técnicas adequadas à intervenção; a tecnificação e a ampliação das funções da profissão são esforços em direção às demandas postas.

Nesse período foi introduzida no currículo dos cursos de Serviço Social, a Sociologia funcionalista norte-americana, recorrendo-se à Sociologia Geral de base positivista. Em 1970, "a Sociologia de cunho religioso cede lugar à Sociologia Geral, voltada à 'totalidade social', à mudança" (ABESS, 1953). Havia uma preocupação em desenvolver a capacidade operativa dos discentes, equalizando competência profissional com competência técnica, objetivando o desenvolvimento econômico do país. O caráter doutrinário vai perdendo força ao mesmo tempo em que se fortalece, na formação profissional, uma concepção técnica, visando à eficiência. Para Faleiros (2000, p. 166 *apud* Santos, 2006) a grade

25 Netto (2001, p.165) lembra que essa perspectiva não tem suas formulações esgotadas nesses documentos.

curricular desse período[26] está centrada no "planejamento social com ênfase numa visão tecnocrática/integradora".

Já a vertente denominada de "reatualização do conservadorismo" se manifesta nos Seminários de Sumaré (1978) e do Alto da Boa Vista (1984), caracterizando-se como uma reação tanto à perspectiva modernizadora (mantendo-se fiel a herança do Serviço Social "tradicional"), como uma alternativa a influência das referências marxistas. Recusava o empirismo, o praticismo e também o viés positivista, vinculando-se à fenomenologia (de modo incipiente). Tem sua formulação principal na obra de Anna Augusta de Almeida (da PUC/RJ) que com base no personalismo de Monier, apresenta como proposta a "metodologia dialógica", seguindo os princípios fenomenológicos e buscando a sua inspiração de apoio na teoria do conhecimento personalista e em uma "ética cristã motivante" (Almeida, 1980).

Para Santos (2006, p. 49-50)

As categorias básicas da "metodologia dialógica" são: a pessoa, o diálogo e a transformação social, estando estas interligadas. (...) O ponto de partida para o "diálogo" é a presença das pessoas percebidas como sujeitos os quais provocam a situação existencial problematizada (SEP). Assim, a SEP se faz presente a cada encontro de pessoas. Nesses encontros, a pessoa/cliente e a pessoa/Assistente Social intercambiam conhecimentos, ações e sentimentos, possibilitando, então, a sua caracterização (...).

Ou seja, através do diálogo, a pessoa pode trocar conhecimentos, atos e sentimentos, o que pode gerar, por sua vez, a "transformação" de seus conhecimentos, atos e sentimentos. A "transformação social" caracteriza-se, dessa forma, como um processo que se desenvolve no plano pessoal, podendo gerar ou não a transformação da sociedade. Em outros termos, a transformação social passa pela mudança pessoal, não sendo mencionada a mudança de estrutura.

Como afirma Netto (1990), essencial e estruturalmente, esta perspectiva faz-se legatária das características que conferiram à profissão o traço microscópico da sua intervenção e a subordinaram a uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional; mas o faz com um verniz de modernidade ausente no anterior tradicionalismo profissional, à base das mais explícitas reservas aos limites dos referenciais de extração positivista. Para esse autor essa vertente não conseguiu extrapolar seu raio de ação para além dos quadros formados pela PUC/RJ e, assim como a vertente anterior, apesar de não pretender romper com as concepções herdadas do passado, ambas requisitaram oferecer maior consistência científica à profissão, com o respaldo de um referencial teórico-metodológico bem definido, apropriado das ciências humanas e sociais.

26 Em 1970, o Parecer 242 (de 13 de março) do Conselho Federal de Educação estabeleceu um currículo mínimo para os Cursos de Serviço Social que ampliou sua duração para quatro anos, com a obrigatoriedade de seis meses de estágio (SÁ, 1995, p.35).

Cabe ressaltar que a exposição das características marcantes desses períodos demonstra a estrutura sincrética[27] do Serviço Social ao se visualizar, na formação, a convivência de fundamentos científicos e ideológicos no Serviço Social que pautam matrizes que se contrapõem.

Já a perspectiva de intenção de ruptura – gestada embrionariamente no período 1961-1964 – só reúne condições para florescer - ainda na primeira metade dos anos 1970 -, com sua formulação inicial na ESS da Universidade Católica de Minas Gerais – com o desenvolvimento do "Método BH" – que só se estende para além do círculo acadêmico a partir da década de 1980, com o avançado esgotamento da ditadura civil-militar, em um contexto de transição democrática.

Netto (2001, p. 248), assim justifica essa trajetória:

As razões desta trajetória singular – da existência residual por quase uma década na universidade a um protagonismo que às vezes parece decisivo – residem especialmente nas dimensões ideopolíticas (explícitas ou não) próprias dessa perspectiva (...). Nas suas expressões diferenciadas, ela confronta-se com a autocracia burguesa: colidia com a ordem autocrática no plano teórico-cultural (os referenciais de que se socorria negavam as legitimações da autocracia), no plano profissional (os objetivos que se propunha chocavam-se com o perfil do assistente social requisitado pela "modernização conservadora") e no plano político (suas concepções de participação social e cidadania, bem como suas projeções societárias, batiam contra a institucionalidade da ditadura). O fato central é que a perspectiva da intenção de ruptura, em qualquer das suas formulações, possuiu sempre um ineliminável *caráter de oposição* em face da autocracia burguesa, e este tanto a distinguiu – enquanto vertente do processo de renovação do Serviço Social no Brasil – das outras correntes profissionais quanto respondeu pela referida trajetória.

Advoga Netto (2001, p. 261) que essa perspectiva apresenta três momentos diferenciados: o primeiro diz respeito a sua emersão, no período de 1972-75, com a elaboração do "Método de BH", marcando o período inaugural da vertente[28]; o segundo é localizável na década de 1980, referindo-se à sua consolidação acadêmica no âmbito do Serviço Social com uma produção marcada por elaborações crítico-históricas, recorrendo a concepções teórico-metodológicas em suas fontes originais; e o terceiro momento é situado a partir do final dos anos 1980, quando essas formulações estendem-se ao conjunto da categoria profissional.

27 Netto (2001, p.88) defende ser o sincretismo "o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço social".

28 Esse autor destaca como marca/limite desse período a sobreposição de referenciais teóricos (que teria se dado em função da dificuldade de acesso à fontes marxianas originais em um período ditatorial); como consequência se tem uma visão reducionista da perspectiva marxista (disponível através de manuais), marcada pela assimilação da concepção neopositivista de influência althusseriana.

Essa vertente teve papel significativo no debate sobre a formação profissional, durante o período entre 1975 e 1979, gerando um novo currículo que foi aprovado em convenção da ABESS, em Natal, no ano de 1979. Sua aprovação pelo Conselho Federal de Educação data de 1982, tornando-se, a partir dessa data, obrigatório para todos os cursos de Serviço Social no Brasil.

O novo currículo mínimo buscava romper com a metodologia tradicional, eliminando as disciplinas de Caso, Grupo e Comunidade. Simultaneamente, buscou empreender uma reflexão teórico-metodológica que partisse do conhecimento da sociedade, utilizando pensadores clássicos (Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim, entre outros) que, muito diferencialmente, oferecem uma produção teórico-metodológica de explicação da mesma.

Contudo, a mudança curricular não obteve o êxito pretendido. Em 1989, através do Caderno ABESS n.3, é divulgado resultado de ampla pesquisa, promovida nacionalmente sobre "as tendências no ensino da metodologia em Serviço Social" que apontava tendências e contra tendências nesse ensino[29]. Santos (2006, p. 55-6), analisando o resultado da pesquisa, comenta que os problemas apontados revelam a necessidade de "uma apreensão mais adequada do referencial teórico marxista", resultando em um "trato equivocado da relação teoria e prática". E adenda:

Há uma nítida confusão entre metodologia e procedimentos operacionais, entre teoria e método e entre teoria e prática que culmina nas afirmativas de que *na prática a teoria é outra* e de que *do referencial teórico-metodológico crítico-dialético deve-se inferir diretamente os procedimentos particulares para a condução da intervenção profissional*, ou seja, *os procedimentos são aferidos diretamente de um determinado referencial teórico.* (...)

As tendências indicadas nestas pesquisas sugerem, segundo meu ponto de vista, que o currículo implementado a partir de 1982 prioriza o ensino da teoria em detrimento do ensino da prática. A dimensão técnico-operativa é considerada como imanente ao posicionamento teórico e ético-político; os instrumentais da ação prescindem de espaço específico no currículo. (...). Diante da dificuldade de compreensão do âmbito da teoria e do âmbito da prática – já que a primeira é supervalorizada –, os profissionais se vêem diante da dificuldade de compreensão de como a teoria contribui para a ação, de saber qual é o papel da teoria e quais são seus limites. Assim, tentam enquadrar a teoria na prática e, não conseguindo, consagram a afirmativa de que *na prática a teoria é outra*. Houve um amadurecimento na forma de conceber os instrumentos e técnicas, mas o mesmo não se fez acompanhar de um amadurecimento na forma de incorporá-lo em suas particularidades na formação e na produção acadêmica do Serviço Social. (...). Nesse processo que ocorre com rupturas e continuidades, há

29 O detalhamento dessas tendências podem ser verificadas em SANTOS (2006) e no próprio Caderno ABESS. N.3. Para os fins do presente trabalho elas serão tangencialmente apresentadas, dada a complexidade dessa discussão.

avanços e retrocessos, há amadurecimentos, mas também um vazio que precisa ser preenchido e o qual se caracteriza como o desafio da categoria.

Essa discussão continuará sendo reposta, até a definição dos conteúdos que integram as Diretrizes Curriculares para o Ensino de Serviço Social, em convenção da ABESS, em 1996. Aqui cabe consignar que é na década de 1970 que começam os primeiros cursos de pós-graduação em Serviço Social (importantes centros formadores de docentes e pesquisadores), cujo reconhecimento como área de conhecimento, se dará na década de 1980. Vale também destacar uma reorganização das entidades organizativas da categoria, aí incluído o movimento estudantil e a realização do denominado III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), também conhecido como Congresso da Virada (São Paulo, 1979).

Essa terceira vertente de renovação vai incidir também sobre o novo Código de Ética aprovado em 1986 (cuja marca principal é a ultrapassagem do pensamento conservador) e a criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), órgão acadêmico vinculado à ABESS, voltado para divulgação de estudos realizados no âmbito de pesquisas e da pós-graduação em Serviço Social. Também influencia o Código de Ética de 1993, bem como a atual Lei de Regulamentação Profissional (1993). Tais instrumentos legais consubstanciam o que se convencionou denominar de Projeto Ético Político do Serviço Social[30]. É também dessa época, mais precisamente, no período de 1986-1989, que seis novos cursos foram criados, sendo quatro de natureza privada (DAHMER PEREIRA, 2007, p. 184).

3.3 Os anos 1980 e a construção do paradigma de cidadania plena

O final da década de 1970, juntamente com a década de 1980 formam o palco para a emergência dos "novos" movimentos sociais no Brasil. Grupos organizados reivindicavam melhores condições de educação, saúde, moradia, urbanização; buscavam fortalecer sua identidade (mulher, índio, negro etc.) e lutavam pelos direitos humanos e pela preservação do meio ambiente. Tudo isso, combinado com o surgimento de um movimento sindical autônomo e combativo, bem como de partidos políticos com base social, expressa, sem dúvida alguma, o fortalecimento da sociedade civil brasileira. Nesse contexto de ebulição da sociedade civil, caracterizado pela luta por direitos, inserem-se as lutas na área social de forma geral. O final dos anos 1970 é marcado pelas greves do ABC, conduzidas por lideranças autônomas, vinculadas à construção do novo sindicalismo.

O clímax da mobilização das forças democráticas ocorreu com o desenrolar do movimento pelas eleições diretas (Movimento Diretas-já). Considerado uma das maiores mobilizações da história do país, o movimento, com coordenação

30 A esse respeito, consultar Marcelo Braz: O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasilia: ABEPSS, 2009, v. 1, p. 185-201.

suprapartidária, não logrou êxito e, mais uma vez, o acordo entre as elites dirigentes — para evitar o aprofundamento da participação popular com o intuito de enfrentar as questões sociais e econômicas — e o relativo refluxo da mobilização social viabilizaram a repetição de uma "revolução pelo alto"[31] no país.

Guilhermo O'Donnell (1988) destaca o peso e a presença institucional das Forças Armadas, a participação marcante, no governo, de políticos que sustentaram o regime autoritário e o estilo de fazer política e de governar baseado em "conchavos", clientelismo, troca de favores, regionalismo (tradição política existente antes mesmo do regime militar) como elementos que marcam o alto grau de continuidade do regime autoritário, após o final da primeira fase da transição brasileira.

Entretanto, não só por essas continuidades foi marcada a transição brasileira. Como vimos, desde o final dos anos 1970 fortaleceram-se no país as organizações autônomas da sociedade civil que, apesar de não terem sido suficientes para provocar uma ruptura no sistema político, formaram um conjunto de elementos de contraponto não só ao recente regime autoritário, como também à prática política tradicional brasileira, baseada em fortes traços patrimonialistas. Diversos fatores histórico-estruturais influenciaram essa forma predominante de governar e de fazer política no Brasil. Herança da escravidão, alto grau de exploração, repressão, dominação e concentração de renda, heterogeneidade social e corporativismo estatista são alguns desses fatores.

3.3.1 A contradição da Nova República: bom diagnóstico e exacerbação do déficit social

A "Nova República" inicia-se num contexto de instabilidade e crise econômica ocasionadas pelo esgotamento do próprio modelo de desenvolvimento brasileiro, aliado às sucessivas crises pela qual passava o sistema capitalista mundial. Para o enfrentamento desse cenário, o governo implementou o Plano Cruzado. Esse plano produziu vários efeitos de curto prazo, entre os quais queda da inflação, aumento de consumo, fortalecimento da base política governista e vitória do partido do presidente nas eleições estaduais. No entanto, em médio e longo prazos ele só produziu novos planos econômicos. Ou seja, o país não superou a crise econômica, chegando ao final do governo com um déficit social ainda maior que o do início.

Em relação à política social, a Nova República foi extremamente contraditória. Adotou uma retórica progressista e manteve a prática tradicional na área social. Os discursos e documentos da Nova República destacavam a necessidade de enfrentamento da imensa "dívida social" e de resgate da cidadania. Os Programas

31 Coutinho (1993) demonstra, de forma contundente, que as transformações políticas no Brasil sempre foram realizadas pela "via prussiana".

de Prioridades de 1985 e 1986, o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (1985) e o I Plano de Metas (1986), expressam a orientação de que para reverter o quadro social seria necessário não mais subordinar a política social à política econômica, traço típico do desenvolvimento histórico da política social brasileira (DRAIBE, 1990).

Para essa autora as produções da Nova República apresentavam diagnósticos precisos e críticos sobre a situação da política social no Brasil, fazendo referência ao grau de pobreza de nossa sociedade, ao modelo organizacional instituído para operacionalizar a política social (centralização, fragmentação, superposição institucional, burocratização etc.) e a seu padrão de financiamento (caráter regressivo, recursos baseados em fundos sociais etc.). Como estratégias de enfrentamento do padrão diagnosticado foram criados e implementados dois Programas de Prioridades que, embora modestos (recursos previstos da ordem de 1,6% do PIB), tinham como perspectiva o combate à miséria. Visando ao reordenamento institucional, foram criadas comissões setoriais responsáveis pela proposição de reformulações gerais na área social. No entanto, a prática política da Nova República reforçou o padrão assistencialista e clientelista das políticas sociais brasileiras e não produziu as mudanças esboçadas nos documentos e defendidas em discursos.

Apesar de não termos avançado no campo econômico e de as mudanças pretendidas na área social terem ficado restritas à retórica, houve durante a Nova República uma ampla demonstração de que se estava consolidando uma sociedade civil organizada e forte, de que se estava firmando uma sociedade do tipo "ocidental"[32] no Brasil. Essa situação se evidencia durante o processo constituinte. Os movimentos sociais organizados foram protagonistas de uma ampla mobilização popular, visando à participação no processo de elaboração da nova Constituição Federal, por meio de emendas populares.

3.3.2 A Constituição Federal de 1988: projetos em conflito

A Constituição de 1988 apresentou grandes avanços em relação aos direitos sociais, apontando claramente para a construção de um Estado de Bem-estar provedor da universalização dos direitos sociais que apresenta, segundo Falcão (1991), as seguintes características: direitos sociais como paradigma; origem num pacto social e político entre capital, Estado e trabalho; configuração do Estado como agente central na reprodução social, gestor poderoso das políticas sociais; intervenção social como expressão essencial do Estado.

Além disso, foram introduzidos instrumentos de democracia direta (plebiscito, referendo e iniciativa popular) e abriu-se a possibilidade, com o inciso II do artigo 204, de estabelecimento de mecanismos de democracia participativa.

32 Utiliza-se aqui a noção de sociedade "ocidental" no sentido gramsciano, ou seja, aquela em que há equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil.

Entretanto, no que se refere à ordem econômica e a alguns aspectos significativos da ordem política — dimensões fundamentais para viabilizar a efetivação de um Estado de Bem-estar no Brasil — a Constituição Federal de 1988 foi extremamente conservadora.

Como sinaliza Coutinho (1992 e 1993), ocorria no Brasil, *grosso modo*, a disputa entre dois projetos de sociedade, aplicáveis e existentes nas sociedades contemporâneas de tipo "ocidental": o de "democracia de massa" ou "modelo europeu" e o do "liberal-corporativismo" ou "modelo americano". O projeto baseado no "liberal-corporativismo" caracterizar-se-ia pela presença de partidos frouxos, representantes de múltiplos interesses e sem organicidade, aliada a uma forma de representação de interesses extremamente pulverizada, com atuação por meio de *lobbies* específicos. O projeto baseado na "democracia de massa", ao contrário, seria caracterizado pela presença de partidos orgânicos e com programas de base homogênea, pelo sindicalismo classista que busca representar a classe trabalhadora e não apenas a corporação, e no qual a representação de interesses possui canais articulatórios para a formação de unidade na pluralidade.

Certamente, os setores que possibilitaram os avanços na Constituição pautavam-se no "modelo europeu", base da construção do Estado de Bem-estar socialdemocrata. Os setores que mantiveram os aspectos conservadores da Constituição baseavam-se no "modelo americano", até porque, como ressalta Coutinho (1993, p. 91): "(...) o 'modelo americano' (...) é, sem dúvida, o mais adequado à conservação do capitalismo, por causa das quase insuperáveis dificuldades que apresenta para a constituição de uma proposta hegemônica alternativa à dominante".

A "Nova República" configurou-se, assim, como um período de (re) institucionalização democrática e de consolidação de uma sociedade de tipo "ocidental" no país; no entanto, preservou fortes traços da tradição conservadora, patrimonialista e autoritária de nossa sociedade. Essa característica de nossa democracia e de diversas "novas democracias" (principalmente as da América Latina) levou O'Donnell (1991) a defini-las como "democracias delegativas"[33].

As lutas na área social, por diversas razões, foram aquelas em que os grupos democráticos mais obtiveram vitórias (capítulo da seguridade, criança, educação etc.). Esses movimentos lutavam tanto pela democracia social quanto pela ampliação da democracia política. Procuravam garantir, por um lado, as bases de um sistema social institucional-universalista e, por outro, a criação de mecanismos de participação (art. 204), complementares à tradicional base representativa parlamentar, com o objetivo de garantir institucionalmente a influência e o controle público das políticas sociais.

33 A "democracia delegativa" seria um tipo específico de democracia surgida nas décadas de 1970 e 1980, em contextos nacionais de profunda crise econômica e social, com uma tradição histórica de atomização da sociedade e do Estado e uma cultura patrimonialista influenciando a forma de fazer política e de governar.

Portanto, no final dos anos 80 estrutura-se no país um paradigma legal-institucional, via Constituição Federal, que delineia os fundamentos para a construção de um Estado de Bem-estar de cunho universalista e institucional, com fortes elementos democratizadores.

3.4 Anos 1990: Iinício das contradições

Simultaneamente às ações de governo e à participação política referente a temas gerais, os movimentos sociais organizados, que participaram ativamente do processo constituinte, continuaram, após a aprovação da Constituição de 1988, a atuar politicamente em questões específicas, visando a elaborar leis complementares que viessem a consolidar, institucionalmente, os avanços conquistados em suas áreas. Essa atuação representava, em termos mais amplos, uma ação política contrária à dominante, voltada para a criação e o fortalecimento de estruturas propiciadoras de uma construção institucional que viabilizasse os direitos sociais e estimulasse a participação popular, com base no "modelo europeu" de Estado de Bem-estar.

Essa ação ocorreu de forma emblemática nas áreas da saúde (elaboração e aprovação da Lei Orgânica da Saúde — LOS), assistência social (elaboração e aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS) e infância e adolescência (elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA), e tinha por finalidade consolidar os dispositivos constitucionais referentes às respectivas áreas de atuação. Cabe ainda mencionar o campo educacional, que sofreu inflexões e influências do Acordo de Bolonha (1996), como será demonstrado a seguir.

Todavia, este momento não se passou sem conflitos; se por um lado havia apoio de determinados setores da sociedade para a consolidação dos dispositivos constitucionais, por outro, havia grande resistência, principalmente por parte de setores afinados com o ideário neoliberal, que se aprofundava no país.

Paralelamente ao foco central da luta de elaboração/aprovação de leis complementares (LOS, LOAS e ECA), ocorria o processo constituinte nos estados e municípios. Isso sinalizou os limites/fragilidades e a falta de condições das organizações da sociedade civil para uma ação de intervenção no Legislativo que cobrisse a dimensão do país. Apesar de todas as dificuldades, a Lei Orgânica da Saúde, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Orgânica da Assistência Social foram aprovados pelo Congresso e sancionados pelo presidente da República até 1993.

Dessa forma, temos leis extremamente avançadas num Estado com forte perfil autoritário e patrimonialista, ou, para usar o termo de Falcão (1991), de configuração "assistencial".[34] No entanto, o realismo não nos impede de vislumbrar

34 Para Maria do Carmo Falcão o Estado assistencial caracteriza-se por: a) tratar a pobreza de forma compensatória; b) não se assentar em pactos e sim em alianças conjunturais; c) ser frágil, impotente, solicitar à sociedade civil e ao pauperizado a cooperação na produção dos serviços sociais; d) ser

o significado político-institucional dessas Leis Complementares. Como se disse anteriormente, as leis complementares (enquanto orientação política e institucional) se enquadram no paradigma de construção de um Estado de Bem-estar provedor da universalização de direitos sociais. Nesse sentido, elas se expressam como um verdadeiro instrumento político-cultural e institucional de contribuição para transformar a configuração predominante do Estado brasileiro.

No entanto, o contexto global do final dos anos 1980 e, principalmente dos anos 90, marcam um período de mudanças significativas na sociedade capitalista. O desenvolvimento tecnológico — robótica, microeletrônica, informática, novos mecanismos de comunicação *on line* —, assim como as mudanças na organização do processo produtivo, que passa de uma orientação fordista para uma orientação flexível,[35] provocam transformações radicais no mundo do trabalho.

Simultaneamente, as crises econômicas que se manifestavam desde os anos 70, a redução da taxa de crescimento mundial e o aumento da expectativa de vida nos países desenvolvidos põem em xeque o padrão de regulação da sociedade baseado no *welfare state*. A esses fatos aliam-se o desmoronamento das experiências de socialismo de Estado e a ofensiva liberal-conservadora, que, representada pelos governos Tatcher, Reagan e Kohl, impõe ao mundo uma hegemonia ideológica e de experiências concretas norteadas pela liberalização do mercado como elemento central para atingir melhor regulação social; portanto, o esvaziamento do Estado e de seu papel regulador da sociedade entram na pauta de uma nova reestruturação estatal.

Todas essas mudanças ocorrem num mundo altamente interconectado, tanto no aspecto econômico quanto nas esferas social, política e cultural. Parte da população do Terceiro Mundo apresenta padrões de consumo do Primeiro Mundo, e em uma parcela já significativa do Primeiro Mundo verificam-se padrões de miséria do Terceiro Mundo. Nesse contexto, há, por um lado, certa uniformização de valores; por outro lado, adeptos do fundamentalismo e do racismo (por exemplo) procuram resguardar, de forma autoritária e violenta, sua identidade. No aspecto político há uma pressão dos organismos internacionais e dos países hegemônicos para a adesão dos países em desenvolvimento ao chamado "Consenso de Washington" — redução da dívida pública, abertura econômica, privatização (FIORI, 1995) —, o que constitui outro elemento a tornar mais complexo o contexto que se vive desde o final do milênio.

expressão secundária do Estado. Conforma-se um Estado marginal para dar conta da população excluída do acesso aos bens e serviços.

35 De acordo com Antunes (1995), a produção fordista está baseada em grandes linhas de montagem, amplo corpo de empregados, salários pactuados e sindicatos fortes. A produção de orientação flexível baseia-se em pequenos núcleos estratégicos vinculados à empresa, no emprego da informática e da robótica em substituição ao "trabalho vivo", na utilização de novas tecnologias gerenciais - terceirização e círculo de controle de qualidade, entre outras - e na fragmentação da classe trabalhadora. A reestruturação produtiva, juntamente com o processo de globalização e o neoliberalismo, constituem a reação burguesa (v. Elaine Behring. Política social no capitalismo tardio. São Paulo: Cortez, 1998).

No Brasil, a política implementada pelo governo Fernando Henrique Cardoso para viabilizar o desenvolvimento do país apresenta forte orientação neoliberal: privatizações indiscriminadas e com possibilidade de utilização de "moeda podre" para compra das estatais; reforma da previdência com ônus para os trabalhadores; diminuição da máquina administrativa e enfraquecimento da intervenção social do Estado; inserção do país no mercado internacional, entre outras medidas. Assim, presencia-se a vitória do projeto de sociedade "liberal-corporativista", com fortes traços patrimonialistas na forma de fazer política e de governar, ao lado do fortalecimento do perfil "delegativo" da democracia.

As transformações ocorridas na sociedade capitalista têm suscitado debates sobre a redefinição da esfera pública no mundo atual. No campo das políticas públicas, tais debates têm significado central, pois se inserem nas questões relativas ao papel do Estado e sua relação com a sociedade civil na deliberação e execução das políticas públicas.

Podemos dizer, em síntese, que o cenário brasileiro apresenta um eixo central de contradição. Por um lado, o processo de democratização da sociedade, dos anos 80, leva-nos à construção de um padrão legal de política social baseado na lógica do W*elfare State* universalista, através de mecanismos que promovem maior participação da sociedade na definição e implantação de políticas sociais, redefinido, assim, a noção de espaço público numa perspectiva de aprofundamento da democracia. Por outro lado, as mudanças ocorridas na sociedade capitalista e a hegemonia liberal-conservadora impôs limites ao desenvolvimento imediato de tal padrão (Farah, 1997).

Assim, no que se refere às políticas sociais no Brasil, desde esse momento, já se vislumbrava as seguintes tendências: (a) padrão constitucional de política social; (b) política social do poder central; e (c) política social dos poderes locais. No primeiro caso – padrão constitucional - no que tange à estrutura normativa das políticas sociais, pauta-se na perspectiva de garantia universal de direitos sociais, baseada na participação popular e na descentralização político-administrativa, resguardado o papel do poder central como elemento que propicia a unidade da política social e o apoio técnico, administrativo e financeiro necessário a sua efetivação. A LOS e a LOAS, bem como o ECA, são leis complementares à Constituição que ratificam essa proposição.

A política social do governo federal, por estar subordinada à lógica da estabilização monetária e aos preceitos de um "social-liberalismo" que não se distingue concretamente das experiências neoliberais de redução do Estado na área social, afigura-se contraditória com o padrão constitucional. No entanto, essa política tem recebido a adesão de grande parte da sociedade e de quase toda a mídia. No âmbito dessa proposta, o programa inaugural e emblemático (no governo Fernando Henrique Cardoso) foi o Comunidade Solidária; hoje tem-se o Bolsa Família, que apesar de avançar um pouco mais que seu antecessor, desconhece a LOAS e a legitimidade do Conselho Nacional de Assistência Social, e desenvolve uma política de assistência focalizada e fragmentada, fora do

Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Em termos gerais, a política social efetivada pelo governo federal tem seguido os passos de reestruturações socialdemocratas, num país que não constituiu um padrão de intervenção do Estado na área social. Portanto, diminui-se o que não existe e redefine-se o que não foi construído. "Assistencialização" e "mercantilização" das políticas sociais representam a tendência de tal proposição (Mota, 1995).

Em relação ao terceiro padrão – política social dos poderes locais – vale lembrar que com a promulgação da Constituição de 1988, foram destinados mais recursos aos municípios, que passaram a ter também maior autonomia para a implementação de políticas sociais. Na prática, a diretriz constitucional da descentralização fez com que as esferas estaduais e federal se eximissem de responsabilidade no processo de implementação das políticas sociais, abrindo espaços para a prática patrimonialista nos municípios de baixa organização da sociedade civil. Além disso, possibilitou o estabelecimento de relações utilitárias entre Estado e ONGs,[36] tanto objetivando a privatização (no sentido de isenção de responsabilidade estatal) da política social, como o atendimento de interesses de ONGs que, "vendendo" seus serviços, resolviam seus problemas financeiros.

Porém a descentralização também possibilitou aos municípios com maior mobilização e organização da sociedade civil construir, ainda que timidamente, políticas participativas com conteúdos mais adequados às demandas sociais. As experiências de determinadas prefeituras permitem-nos verificar a ampliação da intervenção do poder público na situação social, provocando melhorias significativas, com enfrentamento da exclusão social e redefinição das relações entre o governo municipal e a sociedade civil, mediante a construção de um espaço público no âmbito das políticas sociais (Lesbaupin, 2000).

Como consequência da descentralização, assistiu-se a significativa ampliação do mercado de trabalho profissional: tanto pelas novas responsabilidades do município na operacionalização das políticas sociais que implicou também em planejamento de ações adequadas aos editais ministeriais, bem como a participação nos diversos Conselhos de Direitos. No âmbito da iniciativa privada, tanto o aumento das entidades denominadas de "Terceiro Setor", como o filão da "responsabilidade social" das grandes empresas, também demandaram a contratação de profissionais.

36 Considera-se organizações ou entidades da sociedade civil: as tradicionais ONGs, fundações, entidades filantrópicas, de bem-estar social leigas e religiosas, associações de moradores e outras representativas de comunidades, empresas etc. Utiliza-se aqui os termos organizações da sociedade civil, organizações não-governamentais, entidades sem fins lucrativos e congêneres como sinônimos, não fazendo qualquer distinção conceitual entre eles. Todos esses termos são utilizados com o significado estabelecido por Sposati (s/d) ao definir as "ONGs *lato sensu*", ou seja: "(...) organizações reconhecidas pela sua forma legal de constituição e pelo Ministério da Fazenda para a isenção do Imposto de Renda (...). Muitas não devem ter formas de reconhecimento nas burocracias estatais. Enfim, é um campo marcado pela heterogeneidade que se movimenta entre associações de empregadores, ideologias de esquerda ou de direita, representações da igreja conservadora e a de libertação, entre católicos, protestantes, espíritas e israelitas, entre ricos e pobres".

Mas o evolver da dinâmica societária brasileira e a agudização da reação burguesa marcam anos 1990 como o início de um processo regressivo em relação ao conjunto dos direitos afirmados pela Constituição Federal de 1988 que se constituirão em um amplo processo de contrarreforma, subordinada às novas exigências do capital mundial, com o auxílio prestimoso de seus organismos internacionais.

Sem revogar qualquer direito social previsto na Constituição Federal – ação que poderia articular forças opositoras ao projeto -, buscou-se, através da reorganização do aparelho de Estado (principalmente a partir da Reforma Bresser Pereira) e das relações do Estado com as classes sociais, o desmonte do padrão civilizatório garantido constitucionalmente, através da mercantilização de serviços, principalmente nas áreas da Educação, Previdência e Saúde. O processo iniciado paulatinamente desde o governo Collor, mas acentuado nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, agora assumem uma configuração exponencial, com a Proposta de Emenda Constitucional 55 (ex-241, no âmbito da Câmara Federal) que prevê a limitação de teto de gastos nas áreas de Educação e Saúde (já formulada no governo de Michel Temer Lulia). Para fins deste texto, ver-se-á mais de perto as alterações no âmbito da Educação.

3.4.1 As Diretrizes Curriculares de 1996[37] em um contexto do aumento da privatização do ensino superior brasileiro

Com a crise capitalista dos anos 1970, os organismos internacionais e, em especial, o Banco Mundial, começam a amadurecer uma forma específica de pensar a educação. Para Behring (1998) o capital, objetivando superlucros, necessitou, para garantir sua reprodução, mercantilizar todas as esferas da vida social. É dentro desta lógica que a educação começa a ser pensada como "alívio da pobreza" e não mais como estratégia da ideologia desenvolvimentista (Leher, 1998). Em outras palavras: a educação também é entendida como serviço que pode ser mercadorizado (Dahmer Pereira, 2007).

Tal transmutação teria sido possível em tão pouco tempo (em menos de uma década) – dentro de outros vetores - a partir do que Mota (1995) denomina de "cultura da crise"; para essa autora, ela se constrói através da difusão da ideia de que a causa da crise encontrava-se na ineficiência do Estado, sem que se coloque em questão o padrão de acumulação capitalista. Sinaliza a autora que essa "cultura da crise" é estratégia fundamental para a reorganização da hegemonia burguesa de forma global (no pós-1970) e, particularmente no Brasil, no pós-1980.

Netto (2000) indica cinco traços da política do ensino superior na atualidade brasileira. O primeiro é o favorecimento à expansão do ensino privado, que se

37 Não se pretende aqui uma discussão exaustiva das Diretrizes Curriculares. Para tal, recomenda-se a leitura de Marilda Iamamoto: Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: Em questão. Brasília: CFESS, 2002.

inicia com a instauração da ditadura civil militar, quando o ensino superior se "transforma em campo de aplicação do capital" (p. 27). Se até então esse privatismo se referia apenas ao ensino de graduação, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, esse se estende ao ensino de pós-graduação. O segundo é a liquidação, na academia, do tripé que a caracterizava a relação indissociável entre ensino/pesquisa/extensão. Na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) fica evidente que a pesquisa não é responsabilidade de todo o ensino superior, ficando a mesma sob a responsabilidade dos Centros de Excelência que – evidentemente, contam com aporte financeiro de empresas para o desenvolvimento de pesquisas. Essa característica culmina no terceiro traço, qual seja, a supressão do caráter universalista da universidade. O quarto traço é a subordinação dos objetivos universitários às demandas do mercado, passando este a legitimar a eficácia universitária. O quinto traço, o qual, igualmente, se relaciona com os demais, é que a concepção da autonomia passa a ser a autonomia financeira, ou seja, o governo federal reduz sua participação financeira às universidades públicas, cabendo ao mesmo a responsabilidade de obter recursos para sua manutenção, estimulando a relação da universidade com o mundo empresarial.

A universidade é instituída, exclusivamente, para transmitir conhecimentos que atendam à formação de mão de obra especializada para o mercado de trabalho, imprimindo à universidade brasileira um viés mercantil e empresarial com incentivo à privatização, submetendo-a aos interesses empresariais. Conforme Iamamoto (2000, p. 44), "a universidade passa a ser um centro de produção de ciência e tecnologia filtrada pelos interesses do grande capital, em troca dos subsídios e financiamentos concedidos".

Assim, as Diretrizes Curriculares foram aprovadas no mesmo ano da LDBEN – objeto de disputa acirrada entre diferentes projetos, mas sempre resolvida do mesmo jeito: através do recurso a decretos, o Presidente Fernando Henrique Cardoso (por cima de toda e qualquer discussão) regulamentava as matérias polêmicas, decidindo, na maioria das vezes, pelo interesse dos

empresários da educação[38]. Outras ações também circunscrevem o período de aprovação das Diretrizes Currículares[39] (DCs).

Nessa nova forma de pensar a educação, a ideia de currículo mínimo desaparece; há que se ressaltar que o currículo mínimo aponta as matérias (que por sua vez se desdobram em disciplinas e/ou outros componentes curriculares) que, obrigatoriamente, deve constar de todo e qualquer curso, no nosso caso, de Serviço Social. Evidentemente, em cursos sob a responsabilidade da iniciativa privada, muitas matérias se transformavam em uma única disciplina, de modo a não encarecer os custos dos cursos. Contudo, a contrarreforma em curso, faz com que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) substitua a ideia de currículo mínimo pela noção de "diretrizes curriculares". Essa noção, diferentemente do estabelecido pelo currículo mínimo obrigatório, torna mais flexível o rearranjo curricular. É claro que, em função das visitas técnicas realizadas (para fins de autorização de funcionamento e de reconhecimento do curso), várias situações são encontradas, mas sem a possibilidade de exigir o cumprimento de um padrão mínimo de formação.

As Diretrizes Curriculares para o ensino do Serviço Social partem do pressuposto de que a profissão se insere nas relações sociais de produção e reprodução da vida social. Ou seja, o Serviço Social é uma profissão que intervém no âmbito da "questão social" nos marcos do capitalismo monopolista, atuando nas expressões da questão social na particularidade da formação social brasileira. Desta forma, o contexto contemporâneo, rebate no exercício profissional. De um modo geral, a reforma curricular está centrada na análise da 'questão social' e nos fundamentos teóricos e históricos da profissão enquanto 'processo de trabalho'.

38 Vale lembrar, dentre outras ações: (1) Decisão de "priorizar" o ensino fundamental, sob o argumento de justiça social; o custeio dos outros níveis se daria, parcial ou totalmente, através dos próprios usuários do sistema; (2) Em decorrência do ajuste fiscal, o corte de verbas para bolsas de pós-graduação, acompanhada do congelamento do seu valor, durante todo o período em questão (1995/2002); (3) aposentadorias "forçadas" de docentes, especialmente aqueles pertencentes às IFES, devido às perdas de direitos decorrentes da Reforma da Previdência de 1998, acompanhada da deliberada não realização de concursos tanto de docentes, como de técnicos administrativos, investindo-se na contratação precarizada de professores ("substitutos") cujo tempo de vigência do contrato, não pode ultrapassar dois anos. (4) a privatização "por dentro" das universidades públicas através das fundações – cuja lógica é empresarial e serve para o "complemento" salarial de docentes, através de cursos pagos no interior de instituições públicas ou venda de serviço. (5) Ademais, tanto a LDBEN, como resoluções do Conselho Nacional de Educação, passaram a defender os seguintes princípios: flexibilização curricular, redução do tempo de duração dos cursos, bem como diferentes tipos de cursos (por exemplo, cursos sequenciais por campo de saber, tecnólogos etc) e modalidades de ensino (presencial, semipresencial e à distância).

39 Aqui tomamos o documento original, formulado pelo conjunto da categoria ao longo do período 1993-1996, envolvendo agentes formadores de norte a sul do país. Cabe essa ressalva, pois logo após a aprovação do Currículo Mínimo proposto, a ABEPSS – premida pelo MEC – teve que participar da criação de uma Comissão de Especialistas que acabou readequando algumas propostas originais, num processo de "interlocução" com o MEC que só se esgotou em 2002, com a descaracterização de vários aspectos em relação à proposta original. Mencionamos, por exemplo, o próprio perfil do profissional que se quer formar. Para maiores detalhes, ver Iamamoto (2002).

A formação profissional é pensada como "um projeto articulado que envolve comprometimento com uma direção que tenha definido que tipo de profissional se pretende formar; para que formar; para quem formar" (Santos, 2010).

O projeto de formação profissional aprovado pela categoria no que se refere a esses três elementos fundamentais é bastante elucidativo. Quanto ao perfil do profissional que se pretende formar, afirma ser o de um profissional capaz de privilegiar a defesa dos direitos sociais, a ampliação da cidadania e a consolidação da democracia, com uma competência a ser adquirida nas várias dimensões que compõem o agir profissional: teórico-prática, técnica e ético-operativa. A formação profissional se configura, então, como um "processo de qualificação teórico-metodológico, técnico e ético-político para o exercício dessa especialização do trabalho coletivo" (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 163).

Assim, a formação profissional deve contribuir para o desenvolvimento intelectual da profissão, de "formar profissionais não apenas com perfil técnico, mas, sobretudo, com perfil intelectual". Profissionais que sejam capazes não apenas de atender às necessidades do mercado, mas também de propor projetos de intervenção profissional e de se fazerem necessários em áreas que ainda não dispõem da atuação do Assistente Social, ampliando o mercado de trabalho. Profissionais que sejam formados para a sociedade, "envolvidos com a construção de uma nova cidadania coletiva, capaz de abranger as dimensões econômicas políticas e culturais da vida dos produtores de riqueza, do conjunto das classes subalternas" (Iamamoto, 1998 *apud* Santos, 2006, p.60).

São alguns dos princípios defendidos pelas DCs (ABESS/CEDEPSS, 1996): rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social; adoção de uma teoria social crítica, que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; a superação da fragmentação e pulverização de conteúdos na organização dos currículos plenos; o estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos centrais; o caráter interdisciplinar do projeto de formação profissional; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; o exercício do pluralismo na vida acadêmica e profissional, sem confundi-lo com o ecletismo; a ética como princípio formativo, perpassando toda a lógica curricular; a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e docente[40].

40 A nova lógica curricular remete a um conjunto de conhecimentos indissociáveis e não hierarquizados, traduzidos nos três núcleos constitutivos da formação profissional: o Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social (responsável pelo tratamento do ser social, enquanto totalidade histórica, situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa); o Núcleo de fundamentos da formação sóciohistórica brasileira (que trata do conhecimento da constituição econômica, política e cultural da sociedade brasileira, nas suas particularidades sócio históricas); e o Núcleo de fundamentos do trabalho profissional (que coloca a requisição da competência em suas três dimensões - teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política). A pesquisa da realidade é condição *sine qua non* para o exercício profissional. Como demais atividades integradoras do currículo participam o Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso.

Sem sombra de dúvida, as Diretrizes Curriculares apontam para uma formação profissional mais competente porque visceralmente implicada no contexto da formação social brasileira e postulando a competência profissional nas três dimensões do trabalho profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa[41].

Como resta demonstrado, as Diretrizes Curriculares de 1996, se encontram em rota de colisão com a atual direção social hegemônica da sociedade brasileira. E isso coloca óbices à formação profissional e ao projeto ético-político profissional que apontam para outra lógica de organização societária. Além do mais, estudos realizados a partir da experiência de qualificação sistemática dos quadros docente e profissional[42], apontam para dificuldades variadas na apropriação da nova lógica curricular proposta[43]. Cabe também lembrar, a alteração significativa do perfil dos alunos que ingressam na educação superior hoje, bem como o avanço do neoconservadorismo na formação social brasileira, com setores majoritários defendendo o lema da "escola sem partido[44]".

À Guisa de conclusão

Tentou-se ao longo deste ensaio apontar algumas questões relativas à formação profissional do assistente social no Brasil, articulando-as às particularidades da formação social brasileira, nos últimos 80 anos. Processo longo, permeado por lutas e disputas entre diferentes escolas no seu período inicial, passando por contendas pela hegemonia entre diferentes projetos societários que se colocaram/se colocam no horizonte profissional. Processo em curso, sofrendo abalos que o coloca na contramão da direção social hegemônica.

Se, por um lado, é possível constatar a consolidação da terceira vertente (intenção de ruptura), apontada por Netto (2001), no processo de renovação do Serviço Social no Brasil, por outro, verifica-se, no país, profundas alterações no

41 A propósito do resgate da dimensão técnico-operativa nas Diretrizes Curriculares, sugiro a leitura de SANTOS (2010)

42 Trata-se aqui da denominada ABEPSS Itinerante.

43 Para maiores detalhes ver Temporalis n.25, em especial o artigo de GUERRA, BACKX e REPETTI (2013).

44 Trata-se de um projeto de lei que rompe com o pressuposto do livre pensamento, defendo um ensino sem conotação ideológica – como se essa proposta já não atendesse a esse princípio; faz parte de um movimento mais amplo autointitulado "Movimento Brasil Livre", criado em 2014, que defende abertamente os princípios neoliberais. Condizente com a onda neoconservadora, estão estimulando através das redes sociais a filmagem de professores (dentro ou fora da sala de aula) que, pretensamente "induzem" os alunos às "ideologias de esquerda", para constituição de um dossiê. Essas filmagens se propõem remuneradas. Cabe também mencionar tentativa de processar, através do MEC, de iniciativas congêneres no nível superior; desta forma, foi objeto de denúncia anônima sobre "possível aparelhamento" da disciplina "Pensamento Marxista e seus desdobramentos contemporâneos" (NH5117- que integra o rol de disciplinas optativas), no Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal do ABC, em São Paulo. Para maiores informações consultar o site http://www.programaescolasempartido.org/.

conjunto da política social (alterando o mercado profissional do assistente social) e, em especial, no campo educacional que vão rebater no processo de formação profissional. E aqui, são inúmeras as questões que se tentou demonstrar ao longo deste ensaio: mercadorização do ensino superior, flexibilização curricular, novas modalidades de ensino, explosão de cursos de Serviço Social a partir dos anos 90 (por intermédio de iniciativas empresariais) e precarização do trabalho docente, dentre outros fatores (esses últimos, adensados durante os anos do governo do Partido dos Trabalhadores – que acentuou o privilégio dos empresários da educação superior no país, em detrimento do ensino superior público – principalmente, pela expansão dos cursos de ensino à distância).

Esse conjunto de questões que se colocam desde os meados da década de 1990 só estão se agudizando no atual governo. Mais do que nunca, essas alterações estão a exigir do conjunto da categoria (devidamente aliado aos poucos setores renitentes) um projeto coletivo de resistência e de defesa de uma educação emancipadora, nos marcos fundadores de um ensino público, gratuito, laico e socialmente referenciado.

Referências

Adorno, Sérgio. A gestão filantrópica da pobreza urbana. *São Paulo em perspectiva*, v.2, n. 4, pp.8-17, abril/junho, 1990.

AntuneS, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

Backx, Sheila. *Serviço Social*: revisitando sua história. Rio de Janeiro: JC editora, 1994.

___. O projeto de construção nacional do pós-1930: a participação do Serviço Social. *In:* FAUSTO NETO, A.M.Q. (org.) *Tecendo saberes*, 1995. Rio de Janeiro: Diadorim/UFRJ-CFCH, 1995. pp. 397-411.

___. Direitos humanos, movimentos sociais e justiça de transição. *In*: *Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. São Paulo/Ribeiro Preto, nov. 2016.

Bergalli, Roberto, MARI, Enrique (orgs.). *História ideológica del control social:* España – Argentina, syglos XIX y XX. Barcelona: Promocione´s y Publicaciones Universitarias, 1989.

Castro, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1989.

Cunha, Luiz Antonio. *A universidade temporã*: o ensino superior da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Coutinho, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992.

___. Crise e redefinição do estado brasileiro. In: LESBAUPIN, Yves e PEPPE, A. (orgs.). *Revisão constitucional e estado democrático*. Rio de Janeiro: Centro João XXIII, 1993.

Dahmer Pereira, Larissa. *Política educacional brasileira e Serviço Social*: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2007. Tese de Doutoramento.

Draibe, Sonia. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: IPEA. *Para a década de 90*: Prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: Ipea, 1990.

Engels, Friedrich. Contribuição ao problema da habitação. *In*: MARX, K. & ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-ômega, s/d, v.2

Falcão, Maria do Carmo. A seguridade na travessia do estado assistencial brasileiro. In: SPOSATI, Aldaíza et alii. *Os direitos (dos desassistidos) sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

Farah, Marta Ferreira Santos. Gestão pública e cidadania: iniciativas inovadoras na administração subnacional no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 31(4). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Fiori, José Luiz. *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

Gomes, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice; RJ: IUPERJ, 1988.

Gramsci, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

Guerra, Yolanda; Backx, Sheila e Repetti, Gustavo. O lugar da pesquisa na formação profissional: algumas questões a partir dos relatórios das regionais da ABEPSS. *Temporalis*. N. 25, jan./jul. 2013.

Iamamoto, Marilda V. *Renovação e conservadorismo no serviço social*: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

___. Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. *Temporalis*. n. 1, jan. a jun. de 2000.

Iamamoto, Marilda V. e CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2.ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 1983.

Ianni, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

Leher, Roberto. *Da Ideologia do Desenvolvimento à Ideologia da Globalização*: a educação como estratégia do Banco Mundial para "alívio" da pobreza. São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 1998.

Lesbaupin, Ivo. *Poder local x exclusão social*: A experiência das prefeituras democráticas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

Lima, Arlete Alves. *Serviço Social no Brasil*: a ideologia de uma década. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1987.

Mota, Ana Elizabeth. *Cultura da crise e seguridade social*. São Paulo: Cortez, 1995.

Netto, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

___. *Ditadura e Serviço Social*: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

___. *Pequena história da ditadura brasileira* (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2014.
O'Donnell, Guilhermo. Transições, continuidades e alguns paradoxos. In: Reis, F. W. e O'Donnel, G. (orgs.). *A democracia no Brasil*: Dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988.
Offe, Claus (org.) *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
Poulantzas, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
Romanelli, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil* (1930-1973). 13.ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
Santos, Claudia Monica. *Os instrumentos e técnicas*: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2006.
___. *Na prática a teoria é outra?* Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
Vianna, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
Vieira, Evaldo. *Estado e miséria social no Brasil*: De Getúlio a Geisel. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.